PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS

CNPJ/MF nº 61.198.164/0001-60

Sede: Avenida Rio Branco, 1.489 - Rua Guaianases, 1.238 - Campos Elíseos - CEP: 01205-001 - São Paulo - SP

PORTO SEGURO

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS 2
PORTO SEGURO S/A 7

RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

Senhores acionistas e demais interessados, Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais, com o Relatório dos Auditores Independentes, referente ao exercício findo em 31 de dezembro de 2018. **NOSSO DESEMPENHO: • Prêmios emitidos:** Os prêmios emitidos da Companhia totalizaram em 2018 R$ 9.077,1 milhões, aumento de R$ 227,3 milhões ou 2,6% em relação ao ano anterior. **• Despesas administrativas:** Em 2018, o índice de despesas administrativas sobre os prêmios ganhos foi de 16,7%, com redução de 0,6 ponto percentual em relação ao ano anterior. O modelo adotado pela empresa para gestão de custos e os investimentos realizados para otimização de processos e sistemas estão contribuindo para ganhos de eficiência operacional. Os esforços para capturar sinergias e benefícios dos investimentos realizados nos últimos anos, por meio da intensificação no uso da tecnologia e de ajustes de processos, viabilizaram esse resultado. Isso faz parte da nossa estratégia, que visa obter ganhos contínuos de produtividade, sem impactar negativamente o nível de serviço para clientes e corretores. **• Resultado financeiro:** As receitas financeiras totalizaram em 2018 R$ 535,6 milhões, com aumento de R$ 43,2 milhões, ou 8,8% em relação ao ano de 2017 devido ao aumento nas receitas com aplicações financeiras em R$ 23,4 milhões, ou 8,2%. As despesas financeiras totalizaram em 2018 R$ 92,6 milhões, com redução de R$ 29,8 milhões, ou 24,4% em relação ao ano anterior. **• Índice combinado:** O índice combinado (total de gastos com sinistros retidos, despesas de comercialização, despesas administrativas, despesas com tributos e outras receitas e despesas operacionais sobre prêmios ganhos), em 2018 foi de 93,8%, redução de 2,7 pontos percentuais em relação aos 96,5% do ano anterior. Esta variação decorre, da redução de 2,1 pontos percentuais no índice de sinistralidade, de comissionamento e de outras receitas e despesas operacionais. O índice combinado ampliado, que inclui o resultado financeiro, em 2018 foi de 89,3%, redução de 2,9 pontos percentuais em relação ao ano anterior. **• Lucro líquido e por ação:** O lucro líquido totalizou em 2018 R$ 642,2 milhões, registrando aumento de R$ 138,7 milhões ou 27,6% em relação a 2017. O lucro por ação foi de R$ 1,21 em 2018 e R$ 0,94 em 2017. **• Investimentos e novos negócios:** A Companhia fez investimentos, no montante de R$ 241,6 milhões em 2018. Do total investido, R$ 155,6 milhões foram destinados a "softwares", R$ 57,0 milhões a equipamentos, sistemas de informática, rastreadores, móveis, veículos e outros ativos; e R$ 29,1 milhões em obras e edificações. **DISTRIBUIÇÃO DE DIVIDENDOS;** De acordo com o estatuto, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido ajustado, os quais são determinados por ocasião do encerramento do exercício. **RESPONSABILIDADE SOCIAL E AMBIENTAL:** As iniciativas socioambientais da Companhia têm crescido de forma consistente, permitindo que funcionários e demais públicos da Porto Seguro passem a olhar as atividades e o próprio negócio com o viés da sustentabilidade. Seguindo esse novo modelo de atuação, a sustentabilidade tornou-se integrada e sistêmica, voltada a cada um dos inúmeros produtos e serviços, potencializando assim, a leveza e a gentileza com que a empresa busca atender seus públicos de interesse. A descrição completa dos projetos socioculturais e ambientais do grupo Porto Seguro está apresentada nas Demonstrações Financeiras consolidadas da Porto Seguro S.A., divulgadas no site da Companhia (www.portoseguro.com.br/ri) e na edição de 27 de fevereiro de 2019 do jornal O Estado de São Paulo. **AMBIENTE ECONÔMICO:** O ano de 2018 foi marcado pela retomada da atividade doméstica, que teve uma leve frustração diante das expectativas iniciais, com o PIB de 2018 devendo mostrar uma expansão de cerca de 1,3%. Uma longa e ampla paralisação dos caminhoneiros e as incertezas relacionadas com o pleito presidencial também acabaram por comprometer a confiança de consumidores e investidores, comprometendo as decisões de consumo e investimento, respectivamente. Diante da grande ociosidade dos fatores de produção, com destaque para a ainda elevada taxa de desemprego, o espaço para pressões inflacionárias derivadas da desvalorização cambial registrada no ano mostrou-se bastante limitado, permitindo ao Copom reduzir a taxa Selic para a mínima histórica (6,5%) e ainda assim encerrar o ano com o IPCA ao redor de 3,7%, abaixo, portanto, do centro da meta inflacionária (4,5%). No cenário politico, o ano terminou dominado pela expectativa de que a nova gestão federal promova o necessário avanço da agenda de reformas fiscais, com destaque para a do sistema previdenciário, ainda mais necessária em meio a um ambiente internacional cada vez mais desafiador. A indústria de seguros, por sua vez, apresentou crescimento de 6,6% em 2018 (prêmios de seguro, segundo a SUSEP), acima dos níveis observados nos últimos anos, principalmente devido ao mercado de automóveis ter acelerado sua recuperação, com aumento de 14,6% na venda de veículos novos (vs. 2017). A sinistralidade observada no geral teve redução, ocasionada principalmente pela queda nos números de roubos e furto no país. Para 2019, espera-se a continuidade da estabilização da taxa SELIC e da inflação e deverá marcar a consolidação da retomada do crescimento econômico, aumentando as oportunidades para o setor e para a Companhia. **AGRADECIMENTOS:** Registramos nossos agradecimentos aos corretores e segurados pelo apoio e pela confiança demonstrados, e aos funcionários e colaboradores pela contínua dedicação. Aproveitamos também para agradecer às autoridades ligadas às nossas atividades, em especial aos representantes da SUSEP.

São Paulo, 15 de fevereiro de 2019
A Administração

BALANÇO PATRIMONIAL EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

Ativo	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Circulante		**6.107.028**	**5.982.846**
Disponível		40.009	30.084
Caixa e bancos		40.009	30.084
Equivalentes de caixa	6	98.849	228.672
Aplicações	7	2.189.605	2.015.241
Créditos das operações com seguros e resseguros		2.405.839	2.376.485
Prêmios a receber	8.1	2.392.682	2.362.625
Operações com seguradoras		291	–
Operações com resseguradoras		12.866	13.860
Outros créditos operacionais		66.670	87.099
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.1	97.979	118.553
Títulos e créditos a receber		115.311	81.959
Títulos e créditos a receber		26.078	12.453
Créditos tributários e previdenciários	9.1	24.707	5.106
Outros créditos		64.526	64.400
Outros valores e bens	11	114.425	140.566
Bens à venda		99.536	111.533
Outros valores		14.889	29.033
Despesas antecipadas		36.113	27.456
Custos de aquisição diferidos	12	942.228	876.731
Seguros		942.228	876.731
Não circulante		**5.170.805**	**5.300.719**
Realizável a longo prazo		2.567.730	2.627.641
Aplicações	7	1.228.775	1.174.092
Créditos das operações com seguros e resseguros		1.650	975
Prêmios a receber	8.1	1.650	975
Outros créditos operacionais		1.754	2.234
Ativos de resseguro - provisões técnicas	20.1	1.912	1.984
Títulos e créditos a receber		1.321.209	1.432.521
Títulos e créditos a receber		718	917
Créditos tributários e previdenciários	9.1	187.803	276.123
Depósitos judiciais e fiscais	10	1.128.573	1.150.675
Outros créditos		4.115	4.806
Outros valores e bens	11	8.756	12.693
Custos de aquisição diferidos	12	3.674	3.142
Seguros		3.674	3.142
Investimentos		873.721	751.544
Participações societárias	13	873.721	751.544
Imobilizado	14	840.505	1.112.580
Imóveis de uso próprio		506.621	734.314
Bens móveis		171.441	221.280
Outras imobilizações		162.443	156.986
Intangível	15	888.849	808.954
Outros intangíveis		888.849	808.954
Total do ativo		**11.277.833**	**11.283.565**

Passivo e patrimônio líquido	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Circulante		**6.099.023**	**5.622.668**
Contas a pagar		549.214	561.795
Obrigações a pagar	16.1	246.583	232.455
Impostos e encargos sociais a recolher	16.2	190.847	189.949
Encargos trabalhistas		76.055	78.518
Empréstimos e financiamentos	17	12.567	13.766
Impostos e contribuições		21.714	40.519
Outras contas a pagar		1.448	6.588
Débitos de operações com seguros e resseguros	18	161.959	176.233
Prêmios a restituir		3.635	1.908
Operações com resseguradoras		39.373	52.593
Corretores de seguros e resseguros		118.374	120.911
Outros débitos operacionais		577	821
Depósitos de terceiros	19	33.814	7.080
Provisões técnicas - seguros	20	5.354.036	4.877.560
Danos		4.960.255	4.532.858
Pessoas		224.636	201.307
Vida individual		169.145	143.395
Não circulante		**1.690.752**	**1.621.919**
Contas a pagar		148.820	164.446
Obrigações a pagar	16.1	50.778	39.334
Tributos diferidos	9.2.2	82.369	98.998
Empréstimos e financiamentos	17	15.673	26.114
Provisões técnicas - seguros	20	631.167	539.401
Danos		565.442	486.207
Pessoas		46.103	37.770
Vida individual		19.622	15.424
Outros débitos	21	910.765	918.072
Provisões judiciais		910.765	918.072
Patrimônio líquido	22	**3.488.058**	**4.038.978**
Capital social		2.272.441	2.105.485
Aumento de capital - em aprovação		–	189.157
Reservas de reavaliação		68.826	78.440
Reservas de lucros		1.093.398	1.618.217
Ajustes de avaliação patrimonial		53.393	47.679
Total do passivo e patrimônio líquido		**11.277.833**	**11.283.565**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto para informações sobre lucro por ação)

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Prêmios emitidos	23	9.077.086	8.849.831
Variações das provisões técnicas de prêmios	24	(341.676)	(762.043)
Prêmios ganhos	23	**8.735.410**	**8.087.788**
Receitas com emissão de apólices		**14.711**	**13.780**
Sinistros ocorridos	25	**(4.107.287)**	**(3.932.214)**
Custos de aquisição	26	**(2.107.685)**	**(1.951.854)**
Outras receitas e despesas operacionais	27	**(282.070)**	**(303.036)**
Resultado com resseguro		**(24.600)**	**(3.281)**
Receitas com resseguro		61.235	72.985
Despesas com resseguro		(85.835)	(76.266)
Despesas administrativas	28	**(1.458.819)**	**(1.402.211)**
Despesas com tributos	29	**(238.641)**	**(213.479)**
Resultado financeiro	30	**442.872**	**369.918**
Resultado patrimonial	31	**112.767**	**108.023**
Resultado operacional		**1.086.658**	**773.434**
Ganhos com ativos não correntes		**28.011**	**30.017**
Resultado antes dos impostos e participações		**1.114.669**	**803.451**
Imposto de renda	9.3	**(158.056)**	**(59.823)**
Contribuição social	9.3	**(142.445)**	**(42.438)**
Participações sobre o lucro		**(171.950)**	**(197.702)**
Lucro líquido do exercício		**642.218**	**503.488**
Quantidade de ações (mil)		532.900	536.098
Lucro líquido por ação - R$		1,21	0,94

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO ABRANGENTE PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício		**642.218**	**503.488**
Outros resultados abrangentes		**5.714**	**34.905**
Itens que serão reclassificados subsequentemente para o resultado do exercício:			
Ajustes de títulos e valores mobiliários	7.1.2	3.248	52.603
Efeitos tributários		(1.299)	(23.671)
Ajustes de títulos e valores mobiliários - controladas		17.693	13.931
Efeitos tributários		(7.077)	(6.269)
Ajustes acumulados de conversão/outros		(6.851)	(1.689)
Total dos resultados abrangentes para o exercício, líquido de efeitos tributários		**647.932**	**538.393**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais)

	Nota explicativa	Capital social	Aumento de capital (em aprovação)	Reservas de reavaliação	Reservas de lucros	Ajustes de avaliação patrimonial	Lucros acumulados	Total
Saldo final em 31 de dezembro de 2016		**1.500.000**	**195.517**	**90.129**	**1.799.021**	**12.774**	**–**	**3.597.441**
Aumento de capital:								
Portaria SUSEP/DIORG nº 201		143.625	(143.625)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIORG nº 301		51.892	(51.892)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIORG nº 366		304.483	–	–	(304.483)	–	–	–
Portaria SUSEP/DIORG nº 544		105.485	–	–	(105.485)	–	–	–
AGE de 27/10/2017		–	80.000	–	–	–	–	80.000
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(12.711)	–	–	12.711	–
Baixa		–	–	1.022	–	–	–	1.022
Ajustes de avaliação patrimonial		–	–	–	–	34.905	–	34.905
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	503.488	503.488
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal		–	–	–	25.174	–	(25.174)	–
Reservas estatutárias		–	–	–	98.505	–	(98.505)	–
Dividendos e JCP		–	109.157	–	105.485	–	(252.520)	(37.878)
Dividendos intermediários		–	–	–	–	–	(140.000)	(140.000)
Saldo final em 31 de dezembro de 2017		**2.105.485**	**189.157**	**78.440**	**1.618.217**	**47.679**	**–**	**4.038.978**
Pagamento dividendos adicionais (R$ 1,81 por ação)		–	–	–	(965.576)	–	–	(965.576)
Aumento/(redução) de capital:								
Portaria SUSEP/DIORG nº 798	22 a	189.157	(189.157)	–	–	–	–	–
Portaria SUSEP/DIORG nº 1121	22 a	(22.201)	–	–	–	–	–	(22.201)
Reserva de reavaliação								
Realização		–	–	(21.211)	–	–	21.211	–
Outros		–	–	11.597	–	–	–	11.597
Ajustes de avaliação patrimonial	22 b	–	–	–	–	5.714	–	5.714
Cessão ativo prejuízo fiscal - controladora - REFIS	22 d (iii)	–	–	–	6.817	–	–	6.817
Lucro líquido do exercício		–	–	–	–	–	642.218	642.218
Proposta para distribuição do resultado:								
Reserva legal	22 d (i)	–	–	–	32.111	–	(32.111)	–
Reservas estatutárias	22 d (ii)	–	–	–	401.829	–	(401.829)	–
Dividendos e JCP (R$ 0,43 por ação)		–	–	–	–	–	(229.489)	(229.489)
Saldo final em 31 de dezembro de 2018		**2.272.441**	**–**	**68.826**	**1.093.398**	**53.393**	**–**	**3.488.058**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÃO DOS FLUXOS DE CAIXA PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Atividades operacionais		
Lucro líquido do exercício	642.218	503.488
Ajustes para:		
Depreciações e amortizações	199.376	170.131
Perda por redução ao valor recuperável dos ativos	306	7.919
Ganho na alienação de imobilizado e intangível	(28.396)	(30.020)
Resultado de equivalência patrimonial	(114.558)	(99.394)
Variação nas contas patrimoniais:		
Ativos financeiros - aplicações	(229.047)	(837.659)
Créditos das operações de seguros e resseguros	(30.335)	(329.815)
Ativos de resseguro	20.646	(42.647)
Créditos fiscais e previdenciários	(19.601)	61.767
Ativo fiscal diferido	88.320	7.418
Depósitos judiciais e fiscais	22.102	76.408
Despesas antecipadas	(8.657)	1.768
Custos de aquisição diferidos	(66.029)	(132.869)
Outros ativos	38.126	19.365
Impostos e contribuições	214.795	70.577
Outras contas a pagar	10.458	117.290
Débitos de operações com seguros e resseguros	(14.274)	39.960
Depósitos de terceiros	26.734	(2.023)
Provisões técnicas - seguros e resseguros	568.242	1.007.181
Provisões judiciais	(7.307)	(87.439)
Outros passivos	(30.372)	(44.831)
Caixa gerado/(consumido) pelas operações		
Recebimento de dividendos e JCP	184.886	52.185
Impostos sobre o lucro pagos	(233.600)	(46.084)
Juros sobre captação de recursos pagos	(5.281)	(4.435)
Caixa líquido gerado nas atividades operacionais	**1.228.752**	**478.241**
Atividades de investimento		
Aumento de capital - controladas	(15.686)	–
Recebimento pela venda:		
Imobilizado	83.850	68.324
Pagamento pela compra:		
Imobilizado	(86.029)	(174.638)
Intangível	(155.564)	(210.997)
Caixa líquido consumido nas atividades de investimento	**(173.429)**	**(317.311)**
Atividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e JCP	(1.160.642)	(140.000)
Aquisição de empréstimos	50.694	33.969
Pagamento de empréstimos (exceto juros)	(65.273)	(38.539)
Aumento de capital	–	80.000
Caixa líquido gerado nas atividades de financiamento	**(1.175.221)**	**(64.570)**
Aumento/(redução) líquido(a) de caixa e equivalentes de caixa	**(119.898)**	**96.360**
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	**258.756**	**162.396**
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	**138.858**	**258.756**

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018
(Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia") é uma sociedade por ações de capital fechado constituída em 6 de setembro de 1945, autorizada a operar pelo Decreto nº 20.138 de 06 de dezembro de 1945, localizada na Avenida Rio Branco, 1.489 em São Paulo (SP) - Brasil. Tem por objeto social a exploração de seguros de danos, pessoas e vida individual em qualquer das suas modalidades ou formas conforme definidas na legislação vigente, operando por meio de sucursais e representantes em todo território nacional. A Companhia é uma controlada direta da Porto Seguro S.A. a qual possui ações negociadas no Novo Mercado da B3, sob a sigla PSSA3. A Companhia realizou entre novembro de 2016 e de 2017 a migração das emissões de seguros de automóveis individuais e iniciou em outubro de 2018 o processo para migração das emissões de seguros de automóveis frota, ambos da marca Itaú Auto, até então emitidas pela Itaú Auto e Residência (empresa também controlada pela Porto Seguro S.A). Com essa migração, a Companhia passa a operar com as marcas Porto Seguro e Itaú Auto com o objetivo de obter sinergia de processos e sistemas, preservando ambas as marcas.

1.1 Reclassificações (*):

	Publicado 31/12/2017	Reclassificação	Reapresentado 31/12/2017
Resultado			
Sinistros retidos bruto	(3.914.952)	(17.262)	(3.932.214)
Custos de aquisição - seguros	(1.917.243)	(34.611)	(1.951.854)
Outras receitas e despesas operacionais	(354.909)	51.873	(303.036)

(*) Saldos diversos de sinistros, comissões e outras despesas operacionais foram revisados e reclassificados entre si de acordo com as naturezas das despesas para melhor apresentação e comparabilidade.

2. RESUMO DAS PRINCIPAIS POLÍTICAS CONTÁBEIS: As políticas contábeis relevantes utilizadas na preparação das demonstrações financeiras estão demonstradas a seguir. Essas políticas foram aplicadas consistentemente para todos os períodos comparativos apresentados. Não houve no período de 2018 alterações nas políticas contábeis relevantes, exceto pela Circular SUSEP nº 543/16 que entre outros assuntos, extinguiu a figura dos custos iniciais de contratação (CIC), utilizado no reconhecimento do prêmio ganho. Desta forma, o prêmio comercial líquido de cosseguro aceito passou a ser diferido integralmente conforme a vigência do risco a partir de 1º de janeiro de 2018. **2.1 Base de Preparação:** A elaboração das demonstrações financeiras requer que a Administração use julgamento na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas envolvem, entre outros, a determinação: (i) do valor justo de ativos e passivos financeiros, (ii) das provisões técnicas, (iii) da provisão para risco de créditos ("impairment"), (iv) da realização dos impostos diferidos e (v) das provisões para processos judiciais. A liquidação das transações que envolvem essas estimativas poderá ser efetuada por valores sensivelmente diferentes dos estimados em razão de imprecisões inerentes ao processo de sua determinação. A Companhia revisa essas estimativas e premissas periodicamente (vide nota explicativa nº 3). As demonstrações financeiras foram preparadas segundo a premissa de continuação dos negócios em curso normal. Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem às utilizadas pela Administração na gestão da Companhia. Desta forma, a Administração entende que estas Demonstrações Financeiras apresentam de forma apropriada a posição financeira e patrimonial, o desempenho e os fluxos de caixa. As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Administração em 15 de fevereiro de 2019. **2.1.1 Demonstrações Financeiras:** As demonstrações financeiras da Companhia foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), em observância às disposições da Lei das Sociedades Anônimas e normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), segundo critérios estabelecidos pelo plano de contas instituído pela Circular SUSEP nº 517/15 e alterações. As demonstrações financeiras consolidadas da Companhia e suas controladas serão apresentadas até 15 de março de 2019, conforme facultado pela SUSEP. As demonstrações financeiras consolidadas do grupo Porto Seguro, elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil e com as normas internacionais de relatório financeiro (IFRS), foram divulgadas pela sua controladora Porto Seguro S.A. em 4 de fevereiro de 2019. **2.1.2 Normas, Alterações e Interpretações Existentes que não Estão em Vigor e não Foram Adotadas Antecipadamente pela Companhia: •** SUSEP nº 575/18 - A Circular SUSEP, entre outros assuntos, determina: (i) que a redução ao valor recuperável de ativos deve ser constituída com base em estudo técnico que leve em consideração o histórico de perda, os riscos de inadimplência e o tratamento adotado para os créditos de prêmios a receber vencidos relativos a riscos decorridos, e (ii) após a liquidação de um sinistro e, consequentemente, aquisição de direitos em relação a salvados ou a ressarcimentos, a supervisionada passa a ter um ativo controlado a ser reconhecido de forma segregada dos salvados e dos ressarcimentos não estimados. Essa circular estará vigente a partir de 1º de janeiro de 2019 e a Companhia não espera impactos relevantes em suas demonstrações financeiras. **2.2 Moeda Funcional e Moeda de Apresentação:** As demonstrações financeiras da Companhia são apresentadas em milhares de reais (R$), que é também sua moeda funcional. Para determinação da moeda funcional é observada a moeda do principal ambiente econômico em que a Companhia opera. **(a) Transações e saldos em moeda estrangeira:** As transações denominadas em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional da Companhia utilizando-se as taxas de câmbio da data das transações. Ganhos ou perdas de conversão de saldos resultantes da liquidação de tais transações são reconhecidos no resultado do exercício, exceto quando reconhecidos no patrimônio como resultado de itens de operação caracterizada como investimento no exterior. O resultado e o balanço patrimonial da controlada Porto Uruguai (cuja moeda funcional é o peso uruguaio) são convertidos para a moeda de apresentação da Companhia da seguinte forma: (i) ativos e passivos - pela taxa de câmbio da data de encerramento do balanço ou pela taxa histórica, de acordo com a característica do item; (ii) receitas e despesas - pela taxa de câmbio média do exercício (exceto se a média não corresponder a uma aproximação razoável para este propósito); e (iii) todas as diferenças de conversão são registradas como um componente separado do patrimônio líquido. **2.3 Caixa e Equivalentes de Caixa:** Incluem os depósitos bancários e outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de até três meses e com risco insignificante de mudança de valor. **2.4 Ativos Financeiros: (a) Mensuração e classificação:** A Administração da Companhia determina a classificação de seus ativos financeiros no seu reconhecimento inicial. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos/constituídos, os quais são classificados nas seguintes categorias: **(i) Mensurados pelo valor justo por meio do resultado - títulos para negociação:** São classificados nesta categoria os ativos financeiros cuja finalidade e estratégia de investimento é manter negociações frequentes. Os ganhos ou as perdas decorrentes de variações do valor justo são registrados imediatamente e apresentados na demonstração do resultado em "Resultado financeiro" no exercício em que ocorrem. **(ii) Títulos disponíveis para venda:** São instrumentos financeiros não derivativos reconhecidos pelo seu valor justo. Os juros destes títulos, calculados com o uso do método da taxa efetiva de juros, são reconhecidos na demonstração do resultado em "Resultado financeiro". A variação no valor justo (ganhos ou perdas não realizadas) é lançada contra o patrimônio líquido, na conta "Outros resultados abrangentes", sendo realizada contra o resultado por ocasião da sua efetiva liquidação ou por perda considerada permanente ("impairment"). **(iii) Empréstimos e recebíveis (clientes):** Incluem-se nesta categoria os recebíveis (prêmios a receber de segurados) que são ativos financeiros não derivativos com pagamentos fixos ou determináveis, não cotados em um mercado ativo. Esses recebíveis são contabilizados pelo custo amortizado, usando o método da taxa efetiva de juros (quando aplicável), e são avaliados por "impairment" a cada data de balanço (vide nota explicativa nº 2.6.1). **(b) Determinação de valor justo de ativos financeiros:** Os valores justos dos investimentos com cotação pública são registrados com base em preços de negociação. Para os ativos financeiros sem mercado ativo ou cotação pública, a Companhia estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros e a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, fazendo o maior uso possível de informações geradas pelo mercado e o mínimo possível de informações geradas pela Administração. O valor justo dos ativos classificados como "Títulos para negociação" e "Títulos disponíveis para venda" baseia-se na seguinte hierarquia: • Nível 1: preços cotados e não ajustados, em mercados ativos para ativos idênticos. • Nível 2: classificado quando se utiliza uma metodologia de fluxo de caixa descontado ou outra metodologia para precificação do ativo com base em dados observáveis em mercado aberto. • Nível 3: ativo que não seja precificado com base em dados observáveis do mercado e a Companhia utiliza premissas internas para a determinação de seu valor justo. O valor de mercado dos títulos públicos é embasado no preço unitário de mercado informado pela Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais (ANBIMA). As cotas de fundos de investimentos são valorizadas com base no valor da cota divulgada pelo administrador do fundo. Os títulos privados são valorizados a mercado por meio da mesma metodologia de precificação adotada pelo administrador dos fundos de investimentos. **2.5 Ativos de Resseguro:** Os ativos de resseguro são valores a receber de resseguradores e valores das provisões técnicas de resseguro, avaliados consistentemente com os saldos associados aos passivos de seguro que foram objeto de resseguro. Os valores a pagar a resseguradores são compostos por prêmios em contratos de cessão de resseguro. As perdas por "impairment", quando aplicáveis, são avaliadas utilizando-se metodologia similar àquela aplicada para ativos financeiros (vide nota explicativa nº 2.6). Essa metodologia também leva em consideração os fluxos administrativos específicos de recuperação com os resseguradores. **2.6 Análise de Recuperação de Ativos ("Impairment"): 2.6.1 Empréstimos e Recebíveis (Clientes):** Avalia-se constantemente se há evidência de que um determinado ativo ou grupo de ativos classificado na categoria de empréstimos ou recebíveis (avaliados ao custo amortizado) esteja deteriorado ou "impaired". Para a análise de "impairment", a Companhia utiliza fatores observáveis que incluem base histórica de perdas e inadimplência e quebra de contratos (cancelamento das coberturas de risco). A metodologia utilizada é a de perda incorrida, que considera a existência de evidência objetiva de "impairment" para ativos individualmente significativos. Se for considerado que não existe tal evidência, os ativos são incluídos em um grupo com características de risco de crédito similares (tipos de contrato de seguro, "ratings" internos, etc.) e testados em uma base agrupada, com a aplicação dos seguintes parâmetros: probabilidade de inadimplência das operações, previsão de recuperabilidade dessas perdas incluindo as garantias existentes e as perdas históricas de devedores classificados em uma mesma categoria. Adicionalmente, são provisionados os prêmios cuja vigência do risco de seguro tenha expirado, conforme regras da SUSEP. Valores que são provisionados como perda são geralmente baixados ("write-off") quando não há mais expectativa para recuperação do ativo e observando também regras específicas da SUSEP. **2.6.2 Títulos Disponíveis para a Venda:** A cada data de balanço é avaliado se há evidência objetiva de que um ativo classificado como disponível para a venda está individualmente deteriorado. Caso tal evidência exista, a perda acumulada é

continua —☆

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 129 • Número 39 Página 2
São Paulo, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2019
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 08:57:54.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30025381] - www.imprensaoficial.com.br

removida do patrimônio líquido e reconhecida imediatamente no resultado. **2.6.3 Ativos não Financeiros:** Os ativos que estão sujeitos à depreciação e amortização, tais como intangíveis com vida útil definida e imobilizados são revisados para a verificação de "impairment" sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda é reconhecida no valor pelo qual o valor contábil do ativo excede seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso. Para fins de avaliação do "impairment" os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existam fluxos de caixa identificáveis separadamente, chamadas de Unidades Geradoras de Caixa (UGCs). As UGCs são determinadas e agrupadas pela Administração com base na distribuição geográfica dos seus negócios e com base nos serviços e produtos oferecidos, nos quais são identificados fluxos de caixa específicos. Os ativos não financeiros que tenham sofrido "impairment" são revisados subsequentemente para a análise de uma possível reversão do "impairment". **2.7 Bens à Venda - Salvados:** A Companhia detém ativos circulantes que são mantidos para a venda, tais como estoques de bens salvados recuperados após indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação. Adicionalmente, os bens salvados que não estejam disponíveis para venda por questões documentais, por exemplo, são mantidos no ativo não circulante, conforme regras da SUSEP. **2.8 Custo de Aquisição Diferido (DAC):** As comissões sobre prêmios emitidos e os custos diretos de angariação são diferidos e amortizados de acordo com o prazo de vigência das apólices, conforme demonstrado na nota explicativa nº 12. Os custos indiretos de comercialização não são diferidos. **2.9 Participações Societárias:** A Companhia possui investimentos nas sociedades controladas e coligadas: Azul Companhia de Seguros, Porto Seguro Saúde, Porto Seguro Vida e Previdência, Porto Seguro Capitalização e Porto Seguro Uruguai, avaliadas pelo método de equivalência patrimonial. Considera-se controlada a sociedade na qual a Companhia é titular de direitos de sócio ou acionistas que lhe assegurem o poder e a capacidade de dirigir as atividades relevantes das sociedades, afetando, inclusive, seus retornos sobre estas, e quando houver o direito sobre os retornos variáveis das sociedades. Coligada é aquela sobre a qual a Companhia tem influência significativa, mas não controla. **2.10 Ativo Imobilizado de Uso Próprio:** Compreendem imóveis, equipamentos, móveis, máquinas e utensílios e veículos utilizados na condução dos negócios da Companhia. O imobilizado de uso é demonstrado ao custo histórico, reduzido por depreciação acumulada (exceto para terrenos que não são depreciados). O custo histórico desse ativo compreende gastos diretamente atribuíveis para sua aquisição a fim de que o ativo esteja em condições de uso. Gastos subsequentes são ativados somente quando é provável que benefícios futuros econômicos associados com o item do ativo fluirão para a Companhia. Todos os outros gastos de reparo ou manutenção são registrados no resultado conforme incorridos. A depreciação do ativo imobilizado é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 14. **2.11 Ativo Intangível:** Os gastos com aquisição e implantação de "softwares" e sistemas são reconhecidos como ativo quando há evidências de geração de benefícios econômicos futuros, considerando sua viabilidade econômica. As despesas relacionadas à manutenção de "software" são reconhecidas no resultado do exercício quando incorridas. A amortização do ativo intangível com vida útil definida é efetuada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de amortização utilizadas estão divulgadas na nota explicativa nº 15. **2.12 Contratos de Seguro e Contratos de Investimento - Classificação:** A Companhia emite diversos tipos de contratos de seguros gerais que transferem riscos significativos de seguros, financeiros ou ambos. Entende-se como risco significativo de seguro a possibilidade de pagar benefícios significativos aos segurados, na ocorrência de um evento de seguro com substância comercial. Os contratos de resseguro também são classificados segundo os princípios de transferência de risco de seguro. Os contratos de assistência a segurados nos quais a Companhia contrata prestadores de serviços ou utiliza funcionários próprios para a prestação dos serviços, como serviços a automóveis e residências e assistência 24 horas, entre outros, também são avaliados para fins de classificação de contratos e são classificados como contratos de seguro quando há transferência significativa de risco de seguro entre as contrapartes no contrato. Na data de balanço, não foram identificados contratos classificados como contratos de investimentos. **2.13 Passivos de Contratos de Seguros: 2.13.1 Avaliação de Passivos Originados de Contratos de Seguro:** Utiliza-se as diretrizes do CPC 11 para avaliação dos contratos de seguro e aplica-se as regras de procedimentos mínimos para avaliação de contratos de seguro, como: Teste de Adequação de Passivos (TAP); avaliação de nível de prudência utilizado na avaliação dos contratos; entre outras políticas aplicáveis. Não é aplicado os princípios de "Shadow Accounting" (contabilidade reflexa), já que a Companhia não dispõe de contratos cuja avaliação dos passivos ou benefícios aos segurados seja impactada por ganhos ou perdas não realizadas de títulos classificados como disponíveis para a venda. As provisões técnicas são constituídas de acordo com as diretrizes do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e da Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentados em Notas Técnicas Atuariais (NTAs) e estão descritos resumidamente a seguir: **(a)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) é calculada "pro rata" dia para os seguros de danos e seguros de pessoas, com base nos prêmios emitidos, tem por objetivo provisionar a parcela destes, correspondente ao período de risco a decorrer contado a partir da data-base de cálculo. **(b)** A Provisão de Prêmios Não Ganhos de Riscos Vigentes, mas Não Emitidos (PPNG-RVNE) é calculada para os seguros de danos e seguros de pessoas e tem como objetivo estimar a parcela de prêmios não ganhos, referentes aos riscos assumidos, cujas vigências já se iniciaram e que estão em processo de emissão. **(c)** A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) - administrativa e judicial - é constituída com base na estimativa dos valores a indenizar efetuada por ocasião do recebimento do aviso de sinistro, eventos ou notificação do processo judicial, bruta dos ajustes de resseguro e líquida de cosseguro. Essa provisão é ajustada pela provisão "IBNeR", com o objetivo de estimar as mudanças de valores que os sinistros avisados sofrerão ao longo dos processos de análise até sua liquidação. A IBNeR é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais, como triângulos de "run-off", com base no desenvolvimento histórico de sinistros para os seguros de danos e seguros de pessoas. **(d)** A Provisão de Sinistros Ocorridos, mas Não Avisados (IBNR) é constituída para pagamento dos sinistros que já ocorreram, mas que ainda não foram avisados à Companhia até a data-base de apuração e é calculada através de técnicas estatísticas e atuariais como pela aplicação de triângulos de "run-off", com base no comportamento histórico observado entre a data da ocorrência do sinistro e a data do seu registro, para os seguros de danos e de pessoas. A IBNR do ramo DPVAT (seguro obrigatório) é constituída conforme determina a Resolução do CNSP. **(e)** A Provisão de Despesas Relacionadas (PDR) é constituída com o objetivo de garantir a cobertura dos valores esperados relativos a despesas relacionadas com sinistros. A provisão deve abranger as despesas alocáveis e não alocáveis, relacionadas à liquidação de indenizações ou benefícios. As provisões técnicas são segregadas entre circulante e não circulante no balanço patrimonial conforme seus perfis de liquidações, baseados nos fluxos atuariais. **2.13.2 Teste de Adequação dos Passivos (TAP):** Em cada data de balanço é elaborado o TAP (ou "Liability Adequacy Test" - LAT) para todos os contratos vigentes na data de execução do teste, exceto DPVAT. Esse teste é elaborado considerando-se como valor contábil todos os passivos de contratos de seguro, deduzidos dos custos de aquisição diferidos (ativo), conforme critérios do CPC 11 e da SUSEP. Para o teste, desenvolveu-se uma metodologia que considera a melhor estimativa de todos os fluxos de caixa futuros, que também incluem as despesas incrementais e de liquidação de sinistros, utilizando-se premissas atualizadas. Para os ramos de risco decorrido, são levados em consideração os prêmios ganhos observados para efetuar a melhor estimativa de receita de prêmios no período subsequente à data-base de cálculo. Na determinação das estimativas dos fluxos de caixa futuros, os contratos são agrupados por similaridades ou características de risco. Os fluxos de caixa são trazidos a valor presente a partir de premissas de taxas de juros livres de risco. Caso seja identificada qualquer insuficiência no TAP, registra-se a perda imediatamente como uma despesa no resultado do exercício, constituindo/complementando a Provisão Complementar de Cobertura (PCC). Alguns contratos permitem o direito de venda do ativo danificado que tenha sido recuperado (tal como salvados). Fica resguardado, também, o direito contratual de se buscar ressarcimentos de terceiros, como sub-rogação de direitos para pagamentos de danos parciais ou totais cobertos. Consequentemente, estimativas de recuperações são incluídas como um redutor na avaliação e, consequentemente, na execução do TAP. A Companhia não adotou de forma antecipada a compensação de fluxos conforme permitido por regulação da SUSEP. **2.14 Benefícios a Empregados:** A Companhia patrocina os planos "Portoprev", que são classificados como planos de contribuição definida. Também são oferecidos benefícios pós-emprego de seguro-saúde e benefícios calculados com base em uma política que atribui uma pontuação para seus funcionários conforme o período de prestação de serviços e a idade. O passivo para tais obrigações foi calculado por meio de metodologia atuarial específica que leva em consideração taxas de rotatividade de funcionários, taxas de juros para a determinação do custo de serviço corrente e custo de juros. Outros benefícios demissionais, como multa ou provisões ao Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS), também foram calculados e provisionados segundo essa metodologia para os funcionários já aposentados, para os quais esse direito já tenha sido estabelecido. **2.15 Provisões Judiciais, Passivos Contingentes e Depósitos Judiciais:** As provisões são constituídas para fazer face aos desembolsos futuros que possam decorrer de ações judiciais em curso, de natureza cível, fiscal e trabalhista. As constituições baseiam-se em uma análise individualizada, efetuada pelos assessores jurídicos da Companhia, dos processos judiciais em curso e das perspectivas de resultado desfavorável implicando um desembolso futuro. Os tributos, cuja exigibilidade está sendo questionada na esfera judicial, são registrados levando-se em consideração o conceito de "obrigação legal" (fiscais e previdenciárias), cujo objeto de contestação é sua legalidade ou constitucionalidade, e independentemente da avaliação acerca da probabilidade de êxito, têm seus montantes reconhecidos integralmente e atualizados monetariamente pela taxa SELIC. Os depósitos judiciais são atualizados monetariamente e apresentados no ativo não circulante. **2.16 Reconhecimento de Receitas: 2.16.1 Prêmio de Seguro e Resseguro:** As receitas de prêmio dos contratos de seguro são reconhecidas quando da emissão da apólice ou quando da vigência do risco, o que ocorrer primeiro, proporcionalmente e ao longo do período de cobertura do risco das respectivas apólices, por meio da constituição/reversão da PPNG (vide nota explicativa nº 2.13.1(a)). As despesas de resseguro cedido são reconhecidas de acordo com o reconhecimento do respectivo prêmio de seguro (resseguro proporcional) e/ou de acordo com o contrato de resseguro (resseguro não proporcional). **2.16.2 Receita de Juros:** As receitas de juros de instrumentos financeiros são reconhecidas no resultado do exercício, segundo o método do custo amortizado e pela taxa efetiva de retorno. Os juros cobrados sobre o parcelamento de prêmios de seguros são apropriados no resultado no mesmo prazo do recebimento. **2.17 Distribuição de Dividendos e Juros sobre Capital Próprio:** A distribuição de dividendos e Juros sobre o Capital Próprio (JCP) para os acionistas é reconhecida como um passivo, com base no estatuto social. Qualquer valor acima do mínimo obrigatório (25%) somente é provisionado na data em que é aprovado pelos acionistas. O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido no resultado do período. A taxa utilizada no cálculo dos juros sobre o capital próprio é a Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP) durante o período aplicável, conforme a legislação vigente. **2.18 Imposto de Renda e Contribuição Social:** Os valores de imposto de renda e contribuição social incluem as despesas de impostos correntes e os efeitos dos tributos diferidos. Esses valores são reconhecidos no resultado do exercício, exceto para os efeitos tributários sobre itens que foram diretamente reconhecidos no patrimônio líquido; nesses casos, os efeitos tributários também são reconhecidos no patrimônio líquido. Os impostos são calculados com base em leis e regras tributárias vigentes na data de encerramento do exercício social. No Brasil, o imposto de renda é calculado à alíquota-base de 15% mais adicional de 10% sobre o lucro real tributável acima de R$ 240 anuais. A provisão para contribuição social para as sociedades seguradoras é constituída à alíquota de 20% e passará para 15% em 1º de janeiro de 2019 conforme Lei nº 13.169/15 (vide nota explicativa nº 9.3). Os impostos diferidos são reconhecidos sobre diferenças temporárias originadas entre as bases tributárias de ativos e passivos e os valores contábeis respectivos desses ativos e passivos. Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos e conforme suas expectativas de realizações.

3. ESTIMATIVAS E JULGAMENTOS CONTÁBEIS: As estimativas e os julgamentos contábeis são continuamente avaliados e baseiam-se na experiência histórica e em outros fatores, incluindo expectativas de eventos futuros, considerados razoáveis para as circunstâncias. Não houve mudanças de critério na determinação das estimativas em relação às demonstrações financeiras do exercício findo em 31 de dezembro de 2018. A Administração da Companhia não vislumbra em cenários de médio e longo prazos riscos de continuidade de seus negócios, uma vez que, entre outros motivos: (i) opera em um mercado em expansão no país, onde há grandes potenciais de aumento de sua participação no PIB brasileiro, quando comparado com padrões estrangeiros; (ii) investe em tecnologias e processos para proporcionar um crescimento sustentável de suas operações; (iii) busca a diversificação de mercados e regiões, ampliando sua gama de atuação; (iv) possui resultados econômico-financeiros passados consistentes e uma sólida condição patrimonial. **3.1 Avaliação de Passivos de Seguros:** O componente em que a Administração mais exerce o julgamento e utiliza estimativas é na constituição dos passivos de seguros. Existem diversas fontes de incertezas que precisam ser consideradas na estimativa dos passivos que serão liquidados em última instância. São utilizadas todas as fontes de informação internas e externas disponíveis sobre experiência passada e indicadores que possam influenciar as tomadas de decisões da Administração e dos atuários para a definição de premissas atuariais e da melhor estimativa do valor de liquidação de sinistros para contratos cujo evento segurado já tenha ocorrido. Consequentemente, os valores provisionados podem diferir significativamente dos valores liquidados efetivamente em datas futuras para tais obrigações. As provisões que são mais impactadas por uso de julgamento e incertezas são aquelas relacionadas aos ramos de contratos de seguro de grandes riscos e contratos de seguro com cobertura de vida, porém estes mesmos ramos representam menos de 10% dos prêmios emitidos pela Companhia. As provisões de sinistros a liquidar, IBNeR e IBNR também são estabelecidas mediante a utilização de julgamentos e estimativas pela Administração. O valor total dos passivos de contratos de seguro, em 31 de dezembro de 2018, era de R$ 5.985.203. **3.2 Cálculo de Valor Justo e "Impairment" de Ativos Financeiros:** O valor justo de instrumentos financeiros que não são negociados em mercados ativos é determinado mediante o uso de técnicas de avaliação. A Companhia usa seu julgamento para escolher diversos métodos e definir premissas que se baseiam principalmente nas condições de mercado existentes na data do balanço. Aplicam-se regras de análise de "impairment" para os recebíveis, incluindo os prêmios a receber de segurados. Nesta área é aplicado alto grau de julgamento para determinar o nível de incerteza, associado com a realização dos fluxos contratuais estimados dos ativos financeiros. Nesse julgamento estão incluídos o tipo de contrato, segmento econômico, histórico de vencimento e outros fatores relevantes que possam afetar a constituição das perdas para "impairment", conforme descrito no item 2.6.1. O valor total dos ativos financeiros (incluindo caixa, equivalentes de caixa, aplicações financeiras e prêmios a receber de segurados), em 31 de dezembro de 2018, era de R$ 5.951.570 para os quais existem R$ 29.066 de provisão para risco de crédito. **3.3 Avaliação das Provisões de Processos Judiciais Fiscais, Cíveis e Trabalhistas:** A Companhia dispõe de um considerável número de processos judiciais em aberto na data das demonstrações financeiras. O procedimento utilizado pela Administração para a construção das estimativas contábeis leva em consideração a assessoria jurídica de especialistas na área, a evolução dos processos, a situação e a instância de julgamento de cada caso específico. Adicionalmente, é utilizado o melhor julgamento sobre esses casos para a constituição das provisões, seguindo os princípios do CPC 25 - Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes. O valor total das provisões judiciais, em 31 de dezembro de 2018, era de R$ 910.765, para as quais existe R$ 1.128.573 em depósitos judiciais. **3.4 Cálculo de Créditos Tributários:** Impostos diferidos ativos são reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis. Essa é uma área que requer a utilização de julgamento da Administração da Companhia na determinação das estimativas futuras quanto à capacidade de geração de lucros futuros tributáveis, com base em projeções de resultados futuros elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações. O valor total dos créditos tributários diferidos, em 31 de dezembro de 2018, é de R$ 184.577 (ativo) e R$ 82.369 (passivo).

4. GESTÃO DE RISCOS: A Companhia está exposta a um conjunto de riscos inerentes às suas atividades e, para gerir estes riscos, possui uma série de princípios, diretrizes, ações, papéis e responsabilidades necessários à identificação, avaliação, tratamento e controle dos riscos. A governança de gerenciamento de riscos conta com a participação de todas as áreas, tendo por finalidade proteger o resultado e seus acionistas, contribuir para sua sustentabilidade e valor, envolvendo aspectos relacionados à transparência e prestação de contas. Nesse contexto, o gerenciamento dos riscos é exercido de modo integrado e independente e valorizando o ambiente de decisões colegiadas. As decisões são pautadas em fatores que combinam o retorno sobre o risco mensurado, permitindo seu alinhamento na definição dos objetivos comerciais e promovem o aculturamento dos colaboradores em todos os níveis hierárquicos. Todas estas iniciativas proporcionam a ampliação da eficiência operacional e consequente redução do nível de perdas, além de otimizar a utilização do capital disponível. Refletindo o compromisso com a gestão de riscos, a Companhia possui a área de Gestão de Riscos Corporativos cuja missão é garantir que os riscos sejam efetivamente identificados, mensurados, mitigados, acompanhados e reportados de forma independente. Com o intuito de obter sinergias ao longo do processo de gerenciamento de riscos há, permanentemente, um fórum denominado Comitê de Risco Integrado. Este tem como objetivo fornecer subsídios e informações a alta Administração em assuntos referentes à gestão de riscos, propondo planos de ação e diretrizes, avaliando o cumprimento das normas de gestão de riscos e acompanhando os indicadores-chave de riscos. A gestão de riscos financeiros, de seguros e operacionais compreende as seguintes categorias: **4.1 Risco de Crédito:** O risco de crédito caracteriza-se pela possibilidade de não cumprimento por determinada contraparte (pessoa física, jurídica ou governo) das obrigações relativas à liquidação de operações que envolvam ativos financeiros. Este risco é composto por: **(a) Portfólio de investimentos:** para o gerenciamento deste risco, a Companhia possui políticas e processos de monitoramento mensais para garantir que limites ou determinadas exposições não sejam excedidos. Para determinação dos limites são avaliados critérios que contemplam a capacidade financeira, assim como grau mínimo de risco ("rating") "A" de acordo com metodologia de classificação própria, que segue processos de governança para avaliação e aprovação das operações. Em 31 de dezembro de 2018, 82,6% (78,3% em 31 de dezembro de 2017) das aplicações financeiras estavam alocadas em títulos do tesouro brasileiro (risco soberano) e o restante em aplicações de "rating" "AA". Na carteira de investimentos, nenhuma operação encontra-se em atraso ou deteriorada ("impared"). **(b) Inadimplência nos prêmios a receber**: é a possibilidade de perda devido ao não pagamento dos prêmios por parte dos segurados. Para mitigação destes riscos são estabelecidas regras de aceitação que incluem análise do risco de crédito dos segurados, fundamentadas em informações de agências de mercado e de comportamento histórico junto à Companhia, assim como, no caso de inadimplência, a cobertura de sinistros poderá ser cancelada conforme produto, regulamentação vigente e relacionamento com o cliente. Os prêmios a receber de segurado da Companhia, em geral, não possuem concentração de riscos (por setor econômico, por exemplo), uma vez que são recebíveis, principalmente, de pessoas físicas e varejo. Os vencimentos dos prêmios a receber estão apresentados na nota explicativa nº 8.1.1. **(c) Cessão de resseguro:** para o gerenciamento do risco de crédito da cessão de risco de resseguro, há uma política específica que conta com limites de contraparte fundamentados em "ratings" de agências externas, considerando "A" como mínimo para cessão do risco. A tabela a seguir demonstra os recebíveis de resseguro detidos pela Companhia, segregados pela categoria de risco e classe das resseguradoras contrapartes. O "rating" foi atribuído pela agência de classificação de risco Fitch:

Classe	Categoria de risco	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Local	A	4.562	4.915
	A-	3.797	4.090
	AA-	1.025	1.104
	A+	618	666
Admitida	A+	1.538	1.657
	AA-	1.303	1.403
	A-	23	25
Total de recebíveis de resseguro		**12.866**	**13.860**

4.2 Risco de Liquidez: O risco de liquidez é definido como a eventual indisponibilidade de recursos de caixa para fazer frente a obrigações futuras. A Companhia possui controles com o objetivo de manter seus níveis de liquidez em patamares adequados, alinhados aos requisitos regulatórios, assim como equilibrar a relação entre as taxas, risco e retorno. Adicionalmente, há a definição de caixa mínimo a ser mantido em relação às projeções dos fluxos de caixa. Os principais itens abordados na gestão do risco de liquidez são: limites de risco de liquidez, incluindo caixa mínimo em relação às projeções dos fluxos de caixa e de ativos de alta liquidez (em sua maioria títulos públicos, os quais podem ser liquidados antecipadamente); simulações de cenários (teste de "stress"); e medidas potenciais para contingenciamento. A tabela a seguir apresenta o risco de liquidez que a Companhia está exposta (i):

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)	Fluxo de ativos (ii)	Fluxo de passivos (iii)
À vista/sem vencimento	111.715	29.091	272.341	35.511
Fluxo de 1 a 30 dias	1.313.155	536.968	1.124.593	483.058
Fluxo de 2 a 6 meses	1.579.862	1.994.540	1.332.555	1.721.590
Fluxo de 7 a 12 meses	168.759	946.817	203.411	817.398
Fluxo acima de 1 ano	2.633.143	675.766	3.058.507	320.796
	5.806.635	**4.183.182**	**5.991.407**	**3.378.353**

(i) Fluxos de caixa estimados com base em julgamento da Administração, expiração do risco dos contratos de seguros e melhor expectativa quanto à data de liquidação de sinistros estimados. Esses fluxos foram estimados até a expectativa de pagamento e/ou recebimento e não consideram os valores a receber vencidos. Os ativos pós-fixados foram distribuídos com base nos fluxos de caixa contratuais, e os saldos foram projetados utilizando-se curva de juros, taxas previstas do Certificado de Depósito Interbancário (CDI) e taxas de câmbio divulgadas para períodos futuros em datas próximas ou equivalentes. (ii) O fluxo de ativos considera o caixa e equivalentes de caixa, aplicações, prêmios a receber e operações com resseguradoras. (iii) O fluxo de passivos considera os passivos de contratos de seguros e os débitos de operações com seguros e resseguros. **4.3 Risco de Mercado:** O risco de mercado é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas devido a oscilações nos preços e taxas de mercado das posições mantidas em carteira. Visto o perfil dos negócios da Companhia, sua maior exposição está relacionada ao risco de taxa de juros. Existem políticas que estabelecem limites, processos e ferramentas para efetiva gestão do risco de mercado. Seguem abaixo as exposições de investimento segregadas por fator de risco de mercado:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Inflação (IPCA/IGP-M)	52,8%	25,1%
Pós-fixados (SELIC/CDI)	36,5%	65,0%
Prefixados	10,7%	9,9%

Entre os métodos utilizados na gestão, utiliza-se a técnica de valor em risco ("Value at Risk" - VaR) paramétrico, com intervalo de confiança de 95% em horizonte de 1 dia. São realizados acompanhamentos complementares, como análises de sensibilidade e as ferramentas de "tracking error" e "Benchmark-VaR", utilizados para isso cenários realísticos e plausíveis ao perfil e característica do portfólio. Os resultados obtidos são utilizados para mitigação de riscos e entendimento do impacto sobre os resultados e o patrimônio líquido, em condições normais e de "stress". Esses testes levam em consideração cenários históricos e de condições futuras de mercado, sendo seus resultados utilizados no processo de planejamento e decisão, bem como na identificação de riscos específicos originados nos ativos e passivos financeiros detidos pela Companhia. Segue o quadro demonstrativo da análise de sensibilidade da carteira de instrumentos financeiros, em 31 de dezembro de 2018 nos termos da Instrução CVM nº 475/08:

Fator de Risco	Cenário (i)	Impacto (ii)
	+ 50 b.p.	(72.920)
	+ 25 b.p.	(37.549)
	+ 10 b.p.	(15.298)
Índices de preços	- 10 b.p.	15.298
	- 25 b.p.	37.549
	- 50 b.p.	72.920
	+ 50 b.p.	(2.103)
	+ 25 b.p.	(1.753)
	+ 10 b.p.	(1.402)
Juros pós-fixados	- 10 b.p.	1.402
	- 25 b.p.	1.753
	- 50 b.p.	2.103

(i) B.P. = "basis points". O cenário base utilizado é o cenário possível de "stress" para cada fator de risco, disponibilizado pela B3. (ii) Bruto de efeitos tributários. Ressalta-se que visto a capacidade de reação da Companhia, os impactos acima apresentados podem ser minimizados. Adicionalmente, a Companhia possui instrumentos derivativos que reduzem suas exposições aos riscos. Esta análise de sensibilidade demonstra a exposição da Companhia já com o uso dos instrumentos derivatidos utilizados como "hedge" das operações. **4.4 Risco de Seguro/Subscrição:** O risco de subscrição é definido como a possibilidade de ocorrência de eventos que contrariem as expectativas e que possam comprometer significativamente o resultado das operações e o patrimônio líquido, incluindo falhas na precificação ou estimativas de provisionamento. A Companhia emite seguros de automóveis, danos, riscos financeiros e vida. O risco de subscrição é segmentado nas seguintes categorias de risco: **(a) Risco de prêmio:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos prêmios cobrados para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações assumidas com os segurados. A Companhia desenvolve constantemente técnicas de análise e precificação do risco, utilizando-se de modelos estatísticos distintos para renovações e novos seguros, permitindo avaliar antecipadamente os resultados gerados em diversos cenários, que combinam níveis de preços, conversão de cotações e resultados, sendo as decisões tomadas considerando o cenário que gera as melhores margens para os produtos. **(b) Risco de provisão:** gerado a partir de uma possível insuficiência dos saldos das provisões constituídas para fazer frente aos dispêndios financeiros com o pagamento das obrigações perante os segurados. Para avaliação da aderência das premissas e metodologias utilizadas para dimensionamento das provisões técnicas, são realizados constantemente testes de aderência em diferentes datas-bases, que verificam a suficiência histórica das provisões constituídas, incluindo o TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2). **(c) Risco de retenção:** gerado a partir da exposição a riscos individuais com valor em risco elevado, concentração de riscos ou ocorrência de eventos catastróficos. Essas exposições são monitoradas por meio de processos e modelos adequados, sendo contratadas proteções de resseguro de acordo com os limites de retenção por risco aprovados pela SUSEP, assim como limites internos, refletidos em política corporativa de cessão de riscos. **(d) Risco de práticas de sinistros:** gerado a partir de regras e procedimentos inadequados para a regulação e liquidação de sinistros. Cada área de produto estabelece, monitora e documenta as regras e práticas de aceitação de riscos e práticas de sinistros em consonância com as diretrizes gerais da Companhia, que incluem, por exemplo, parecer prévio da Diretoria Técnica para comercialização de cada produto e procedimentos para a aceitação de riscos. As premissas utilizadas para as análises de sensibilidade para o risco de seguro, bem como o teste de adequação dos passivos, incluem: • Utilização como premissas de sinistralidade, das expectativas de prêmio de risco, baseadas em histórico de observações de frequência e severidade para cada agrupamento de ramos. • Utilização de expectativas de cessão de prêmios e recuperação de sinistros, baseadas em histórico de observações para cada ramo e/ou agrupamento de ramos. Para as projeções, respeitaram-se as cláusulas contratuais vigentes na data-base do estudo dos contratos celebrados com os resseguradores. • Utilização como indexador, para os passivos, do Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), que é predominante nos contratos padronizados. • Taxa de juros esperada para os ativos, equivalente à taxa SELIC/CDI, que é condizente com a rentabilidade obtida pela área de investimentos no exercício vigente. • Premissas atuariais específicas em cada produto em consequência do impacto destas na precificação do risco segurável. Os resultados obtidos nos processos de gestão e monitoramento do risco de subscrição são formalizados e reportados mensalmente à alta Administração, permitindo que eventuais desvios em relação às projeções sejam corrigidos no menor espaço de tempo possível. Os impactos dos testes de sensibilidade demonstrados a seguir são aqueles que ocorreriam no resultado e no patrimônio líquido da Companhia decorrente das variações nas premissas apresentadas. Como a Companhia apresenta suficiência nos fluxos do TAP (vide nota explicativa nº 2.13.2), conforme regras da SUSEP, os impactos demonstrados são após o esgotamento dessas suficiências. **4.4.1 Automóveis:** A Companhia opera em todo o território nacional, comercializando apólices de seguro de automóvel das marcas "Porto Seguro" e "Itaú Auto" para pessoas físicas e jurídicas, através de contratação individual ou de frotas. Como medida de mitigação de risco, são utilizados dispositivos rastreadores e localizadores em determinados tipos de veículos. A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

Localidade	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Região Sudeste	73,2%	71,6%
Região Sul	11,1%	10,7%
Região Nordeste	9,2%	9,7%
Região Centro-Oeste	5,1%	6,6%
Região Norte	1,4%	1,4%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades da carteira às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(207.861)	(163.707)
Sinistros - aumento de 15,0%	(103.372)	(49.776)

4.4.2 Danos (exceto automóvel) e Riscos Financeiros

Neste segmento são comercializados seguros para residências, empresas, condomínios, obras de engenharia, rurais, responsabilidades, equipamentos, transportes, seguros de garantia de obrigações contratuais e seguro fiança locatícia. As principais medidas de mitigação de riscos incluem além da contratação de resseguro, a inspeção prévia dos locais segurados. A tabela a seguir apresenta a exposição ao risco de seguro por região:

	São Paulo	Região Sul	Rio de Janeiro	Outras regiões
Dezembro de 2018				
Residencial	66,0%	9,8%	11,8%	12,4%
Transportes	65,6%	3,3%	13,4%	17,7%
Fiança locatícia	63,7%	13,6%	15,1%	7,6%
Empresarial	55,2%	9,5%	12,7%	22,6%
Condomínio	46,6%	12,1%	9,6%	31,7%
Outros riscos	61,9%	8,0%	9,5%	20,6%
Dezembro de 2017				
Residencial	66,1%	12,3%	9,6%	12,0%
Transportes	66,0%	11,0%	4,0%	19,0%
Fiança locatícia	63,7%	14,4%	15,6%	6,3%
Empresarial	55,8%	12,9%	9,4%	21,9%
Condomínio	49,3%	10,0%	11,6%	29,1%
Outros riscos	55,9%	14,4%	7,5%	22,2%

A tabela a seguir apresenta as sensibilidades das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(14.059)	(17.566)
Sinistros - aumento de 15,0%	(81)	–

4.4.3 Vida: Compreendem seguros de vida tradicional com contratação individual e coletiva, produtos com cobertura por morte, invalidez ou renda devido à incapacidade temporária. O risco mais relevante para este produto é o biométrico, no qual pode ocorrer aumento nas indenizações causado pela ocorrência de eventos extraordinários, tais como pandemias ou aumento constante da ocorrência de invalidez. Adicionalmente, para a contratação coletiva existe o risco de antisseleção, em que o grupo segurado é diferente do grupo da cotação, e de catástrofes, atingindo várias vidas seguradas no mesmo evento. Para os seguros de vida com contratação individual, são estabelecidos limites de contratação e de idade a partir dos quais é necessária apresentação de documentações específicas para análise do risco individual. Para os seguros coletivos, destaca-se a subscrição centralizada com análise prévia dos grupos seguráveis para determinação dos prêmios. A tabela a seguir apresenta a sensibilidade das carteiras às premissas atuariais, líquidas de efeitos tributários:

Premissas atuariais	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Despesas administrativas - aumento de 15,0 p.p.	(1.421)	(314)
Sinistros - aumento de 15,0%	(677)	(741)

4.5 Risco Operacional: O risco operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco legal. A atividade de monitoramento e gerenciamento de risco operacional é executada de forma corporativa e centralizada, utilizando para isso processo formal para identificar os riscos e as oportunidades, estimar o impacto potencial desses eventos e fornecer métodos para tratar esses impactos, reduzir as ameaças até um nível aceitável. Isto inclui esforços para a construção de um banco de dados de perdas internas de risco operacional com informações abrangentes e detalhadas para a identificação da real dimensão de seu impacto sobre a Companhia, bem como para melhorar a confiabilidade nos mecanismos de gestão, controle e supervisão de solvência desse mercado.

5. GESTÃO DE CAPITAL: A estratégia na gestão de capital consiste em maximizar o valor do capital por meio da otimização do nível e das fontes de capital disponíveis, garantindo a sustentabilidade do negócio no curto e longo prazo de acordo com os requerimentos regulatórios e de solvência. O processo de avaliação e gerenciamento de capital é realizado com uma visão de negócio em um horizonte de 1 ano, fundamentado em premissas de crescimento de negócios, lucratividade, distribuição de dividendos, entre outros indicadores-chave ao negócio. A Companhia possui uma estrutura que atua de maneira ativa e prospectiva na gestão deste risco. A estrutura de gerenciamento de capital é suportada por política específica, a qual define os papéis e responsabilidades, limites de suficiência, relatórios de monitoramento e planos de contingência de capital. Essa gestão é de responsabilidade da Diretoria Financeira, que conta com o apoio da Diretoria Técnica, entre outras, para apuração dos resultados. De forma independente, a área de Gestão de Riscos Corporativos monitora a aderência aos requerimentos regulatórios e aos critérios de política interna. A suficiência de capital é avaliada conforme os critérios emitidos pelo CNSP e SUSEP. Neste sentido são avaliados os requerimentos de capital necessário para suportar os riscos inerentes, incluindo as parcelas de risco de crédito, mercado, operacional e subscrição. As parcelas de necessidades de capital, bem como a suficiência existente estão demonstradas na nota explicativa nº 22 (d).

6. EQUIVALENTES DE CAIXA: Equivalentes de caixa incluem operações

continuação

NOTAS EXPLICATIVAS DA ADMINISTRAÇÃO ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 (Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma)

7.1.2 Títulos Disponíveis para Venda

	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
Carteira própria						
NTNs - B	734.187	–	734.187	707.718	–	707.718
LTNs	388.987	–	388.987	349.963	–	349.963
NTNs - C	102.467	–	102.467	94.346	–	94.346
Debêntures	–	–	–	–	29.447	29.447
Total (i)	**1.225.641**	**–**	**1.225.641**	**1.152.027**	**29.447**	**1.181.474**
Circulante			–			9.862
Não circulante (ii)			1.225.641			1.171.612
Percentual das aplicações classificadas nesta categoria:			**36%**			**37%**

(i) O valor de curva (custo atualizado) dos papéis em dezembro de 2018 era de R$ 1.162.951 (R$ 1.122.032 em dezembro de 2017), gerando assim um ganho não realizado registrado em "Outros Resultados Abrangentes" no patrimônio líquido de R$ 62.690 (R$ 59.442 em dezembro de 2017), e um efeito de R$ 3.248 na demonstração de resultado abrangente, bruto dos efeitos tributários. (ii) A diferença para o total das aplicações refere-se aos investimentos em ações da Seguradora Líder, avaliados ao custo de aquisição, uma vez que não existem mercados ativos para essas ações, no montante de R$ 1.939 em dezembro de 2018 (R$ 1.127 em dezembro de 2017).

7.2 Movimentação das Aplicações Financeiras (*)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	**3.418.005**	**2.482.682**
Aplicações	4.773.911	3.430.854
Resgates	(4.988.759)	(2.835.516)
Rendimentos	310.824	287.382
Ajuste a valor de mercado	3.248	52.603
Saldo final	**3.517.229**	**3.418.005**

(*) A movimentação das aplicações financeiras inclui os ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado, títulos disponíveis para venda e os ativos classificados como equivalentes de caixa.

7.2.1 Taxas de Juros Contratadas: As principais taxas de juros médias contratadas das aplicações financeiras, estão apresentadas a seguir:

	Taxas de juros % (a.a.)	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Equivalentes de caixa (*)	6,37	6,87
Fundos exclusivos		
NTNs B - IPCA +	4,83	–
NTNs C - IGP-M +	5,53	–
Letras Financeiras %CDI	103,00	106,27
Carteira própria		
LTNs	11,34	11,34
NTNs B - IPCA +	5,36	5,97

(*) Vide nota explicativa nº 6.

8. CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM SEGUROS

8.1 Prêmios a Receber

	Dezembro de 2018			Dezembro de 2017		
	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido	Prêmios a receber de segurados	Redução ao valor recuperável	Prêmios a receber - líquido
Automóvel	1.673.173	(2.377)	1.670.796	1.647.243	(1.550)	1.645.693
Pessoas	309.258	(10.434)	298.824	316.657	(12.810)	303.847
Patrimonial	279.953	(6.684)	273.269	297.446	(2.646)	294.800
Riscos financeiros	114.116	(137)	113.979	96.055	(2.473)	93.582
Transportes	26.367	(6.255)	20.112	21.474	(5.798)	15.676
Animal/ Rural	13.606	(2.672)	10.934	6.818	(3.365)	3.453
Responsabilidade	6.925	(507)	6.418	6.667	(118)	6.549
	2.423.398	**(29.066)**	**2.394.332**	**2.392.360**	**(28.760)**	**2.363.600**
Circulante			2.392.682			2.362.625
Não circulante			1.650			975

8.1.1 Composição Quanto aos Vencimentos

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
A vencer	2.309.856	2.229.679
Vencidos de 1 a 30 dias	77.620	119.746
Vencidos de 31 a 60 dias	10.896	12.046
Vencidos de 61 a 120 dias	8.246	9.347
Acima de 120 dias	16.780	21.542
	2.423.398	**2.392.360**
Redução ao valor recuperável	(29.066)	(28.760)
	2.394.332	**2.363.600**

8.1.2 Movimentação

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	**2.363.600**	**2.029.248**
Prêmios emitidos	9.697.901	9.427.654
IOF	532.098	531.858
Adicional de fracionamento	142.758	136.244
Prêmios cancelados	(668.589)	(644.064)
Recebimentos	(9.673.130)	(9.114.005)
Redução ao valor recuperável	(306)	(3.335)
Saldo final	**2.394.332**	**2.363.600**

8.1.3 Redução ao Valor Recuperável

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	**28.760**	**25.425**
Provisões constituídas	14.344	22.957
Reversões e baixas	(11.741)	(19.622)
Baixas para prejuízo (incobráveis)	(2.297)	–
Saldo final	**29.066**	**28.760**

As despesas/reversões de provisões para riscos de créditos foram registradas na conta "Outras despesas operacionais" da Demonstração do Resultado (vide nota explicativa nº 27).

8.1.4 Prazo Médio de Parcelamento

Produto	Quantidade de parcelas	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
	1 a 5	85,1%	83,5%
Automóvel	6 a 11	12,7%	14,1%
	12	2,2%	2,4%
	1 a 5	61,2%	60,0%
Ramos Elementares	6 a 11	29,1%	27,7%
	12	9,7%	12,3%
	1 a 5	48,7%	26,3%
Vida	6 a 11	6,8%	2,7%
	12	44,5%	68,2%

9. TRIBUTOS: 9.1 Créditos Tributários e Previdenciários

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Circulante		
Contribuição social	10.162	–
Imposto de renda	5.466	1.627
Outros	9.079	3.479
	24.707	**5.106**
Não circulante		
Imposto de renda e contribuição social diferidos - diferenças temporárias (*)	144.685	238.932
PIS e COFINS diferidos sobre PSL e IBNR	39.892	33.965
Outros	3.226	3.226
	187.803	**276.123**

(*) Vide nota explicativa nº 9.2.1.

9.2 Tributos Diferidos: 9.2.1 Ativo

	Dezembro de 2017	Constituição	Reversão/ baixa	Dezembro de 2018
Prejuízo fiscal	10.134	–	(10.134)	–
	10.134	**–**	**(10.134)**	**–**
Diferenças temporárias decorrentes de:				
Provisão para obrigações legais	129.416	111.284	(150.320)	90.380
Provisão de participação nos lucros	53.097	111.026	(162.645)	1.478
Provisão para riscos sobre créditos	15.956	14.933	(20.288)	10.601
Provisões para processos judiciais - cíveis e trabalhistas	9.844	15.945	(17.106)	8.683
Benefício a empregados	15.624	13.010	(5.287)	23.347
Outras provisões	4.861	6.881	(1.546)	10.196
	228.798	**273.079**	**(357.192)**	**144.685**
	238.932	**273.079**	**(367.326)**	**144.685**

9.2.2 Passivo

	Dezembro de 2017	Constituição	Reversão	Dezembro de 2018
Natureza				
IR e CS sobre reavaliação de imóveis	55.181	19.062	(30.982)	43.261
IR e CS diferidos sobre PIS e COFINS	15.296	3.234	(2.573)	15.957
IR e CS sobre ajustes de instrumentos financeiros	26.748	47.964	(51.618)	23.094
IR e CS outros	1.773	–	(1.716)	57
	98.998	**70.260**	**(86.889)**	**82.369**

9.2.3 Estimativa de Realização: A estimativa de realização e o valor presente dos créditos tributários diferidos de diferenças temporárias de acordo com a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros, com base no histórico de rentabilidade e em estudo técnico de viabilidade, é:

	Valor
2019	55.765
2020	8.368
2021	8.105
2022	4.802
2023	94.790
2024 a 2026	7.722
Após 2026	5.025
Total - Ativo	**184.577**
Valor presente (*)	**162.814**

(*) Para o ajuste a valor presente foi considerada a taxa SELIC do último dia do exercício, líquida dos efeitos tributários. Neste estudo é considerado a alíquota de imposto que vigerá em cada exercício futuro para analisar-se a realização do ativo de imposto diferido, especialmente para empresas de seguros, previdência complementar, capitalização, instituições financeiras, onde a alíquota de contribuição social passará de 20% para 15% em 1º de janeiro de 2019, conforme Lei nº 13.169/15. Como resultado dessa alteração na alíquota, a Companhia registrou em 31 de dezembro de 2018 uma perda de R$ 18.643, para o ajuste dos seus ativos (principalmente) e passivos fiscais diferidos. **9.3 Reconciliação da Despesa de Imposto de Renda e da Contribuição Social sobre o Lucro:**

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Lucro antes do imposto de renda (IRPJ) e da contribuição social (CSLL)	1.114.669	803.451
(–) Participações nos resultados	(171.950)	(197.702)
Lucro antes do IRPJ e da CSLL e após participações nos resultados (A)	**942.719**	**605.749**
Alíquota vigente	45%	45%
Imposto de renda e contribuição social (à taxa nominal) (B)	**(424.223)**	**(272.587)**
Juros sobre o capital próprio	97.045	106.934
Equivalência patrimonial	50.747	44.727
Incentivos fiscais	8.068	4.369
Outros	(32.138)	14.296
Total dos efeitos do IRPJ e da CSLL sobre as diferenças permanentes (C)	**123.722**	**170.326**
Total de imposto de renda e contribuição social (D = A + B + C)	**(300.501)**	**(102.261)**
Taxa efetiva (D/A)	**31,9%**	**16,9%**

10. DEPÓSITOS JUDICIAIS E FISCAIS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Processos judiciais com adesão ao REFIS (*)	511.321	539.429
PIS (*)	486.198	476.046
Sinistros	61.567	67.985
INSS	51.815	49.790
Outros	17.672	17.425
	1.128.573	**1.150.675**

(*) Vide nota explicativa nº 21(a).

11. OUTROS VALORES E BENS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Bens à venda - salvados (*)	106.492	123.861
Cheques e ordens a receber	7.351	18.732
Almoxarifado	9.338	10.666
	123.181	**153.259**
Circulante	114.425	140.566
Não circulante	8.756	12.693

(*) Vide nota explicativa nº 11.1.

11.1 Bens à Venda - Salvados (*): Os salvados da Companhia são originados dos ramos de automóveis e possuem os seguintes prazos de permanência em estoque:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Permanência até 30 dias	64.655	79.685
Permanência de 31 a 60 dias	22.789	20.191
Permanência de 61 a 120 dias	10.096	10.142
Permanência de 121 a 365 dias	8.765	13.619
Permanência acima de 365 dias	13.214	18.469
	119.519	**142.106**
Redução ao valor recuperável (*)	(13.027)	(18.245)
	106.492	**123.861**

(*) Decorrentes, principalmente, de indenizações integrais em sinistros de automóveis, registrados pelo valor estimado de realização, com base em estudos históricos de recuperação.

12. CUSTO DE AQUISIÇÃO DIFERIDO (DAC)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Automóvel	680.749	635.741
Patrimonial	133.477	125.562
Pessoas	74.219	66.504
Riscos financeiros	50.966	47.057
Outros	6.491	5.009
	945.902	**879.873**
Circulante	942.228	876.731
Não circulante	3.674	3.142

O prazo médio de diferimento dos custos de aquisição diferidos é de 12 meses, sendo o mesmo prazo de 31 de dezembro de 2017.

12.1 Movimentação

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo inicial	**879.873**	**747.004**
Constituição	1.873.197	1.778.651
Apropriação para despesa	(1.807.168)	(1.645.782)
Saldo final	**945.902**	**879.873**

13. PARTICIPAÇÕES SOCIETÁRIAS

	Participação (%)	Saldos em Dezembro de 2017	Resultado equivalência patrimonial	Dividendos	Ajuste TVM controladas	Aumento de capital (ii)	Ajustes de avaliação patrimonial	Saldos em Dezembro de 2018
Azul Seguros (i)	30,75	231.890	70.625	(92.678)	3.477	–	(1.805)	211.509
Porto Saúde	99,98	286.704	46.912	(105.231)	2.100	181.443	(486)	411.442
Porto Vida	99,97	145.599	(5.240)	–	5.038	–	384	145.781
Porto Uruguai	100,00	63.259	(1.069)	–	–	13.186	2.987	78.363
Porto Capitalização	99,99	24.092	3.330	(791)	–	–	(5)	26.626
		751.544	**114.558**	**(198.700)**	**10.615**	**194.629**	**1.075**	**873.721**

(i) A Porto Seguro S.A. possui 69,25% de participação nesta sociedade. (ii) O aumento de capital na Porto Saúde foi realizado mediante a transferência de imóveis.

14. IMOBILIZADO

	Saldo residual em Dezembro de 2017	Movimentações Aquisições	Baixas	Despesas de depreciação	Outros/ transferência	Dezembro de 2018 Custo	Depreciação acumulada	Valor líquido	Taxas anuais de depreciação (%)
Edificações (*)	601.616	48	(13.370)	(12.989)	(137.722)	499.629	(62.046)	437.583	2,4
Benefícios em imóveis de terceiros	121.233	28.730	(13.183)	(8.131)	(82)	157.430	(28.863)	128.567	20,0 a 33,3
Terrenos	132.698	–	(22.794)	–	(40.866)	69.038	–	69.038	–
Obras em andamento	35.753	277	–	–	(2.155)	33.875	–	33.875	–
	891.300	**29.056**	**(49.347)**	**(21.120)**	**(180.825)**	**759.973**	**(90.909)**	**669.064**	
Informática	132.108	26.552	(1.101)	(54.564)	269	451.564	(348.300)	103.264	20,0 a 33,3
Móveis, máquinas e utensílios	35.575	12.695	(1.831)	(12.803)	–	126.837	(93.201)	33.636	10,0 a 50,0
Rastreadores	29.226	13.128	(847)	(27.232)	–	218.529	(204.254)	14.275	25,0 a 33,3
Equipamentos	21.593	4.259	(354)	(7.158)	(192)	75.187	(57.039)	18.148	10 a 14,3
Veículos	2.778	340	–	(999)	–	7.884	(5.765)	2.118	20,0
	221.280	**56.974**	**(4.133)**	**(102.756)**	**77**	**880.001**	**(708.559)**	**171.441**	
	1.112.580	**86.030**	**(53.480)**	**(123.876)**	**(180.748)**	**1.639.973**	**(799.468)**	**840.505**	

(*) Para este item foi utilizada taxa média ponderada.

Não se observou evidências objetivas de "impairment" para os ativos imobilizados e para os ativos intangíveis em 2018 e não houve reconhecimento de perdas. Adicionalmente, diversos ativos (substancialmente locação de imóveis de terceiros) são locados para condução de seus negócios em diversas localidades do País. Os contratos de aluguéis não têm opções de compra do ativo e a maioria destes tem opção de renovação.

15. INTANGÍVEL - "SOFTWARES"

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Saldo residual inicial	**808.954**	**661.360**
Aquisições	155.564	210.997
Despesas de amortização	(75.500)	(58.522)
Baixas/outros	(169)	(4.881)
Valor líquido - saldo final	**888.849**	**808.954**
Custo	1.205.783	1.050.450
Amortização acumulada	(316.934)	(241.496)
Saldo residual final	**888.849**	**808.954**

16. CONTAS A PAGAR: 16.1 Obrigações a Pagar

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Participação nos lucros a pagar	162.210	141.177
Fornecedores	76.637	78.125
Provisão benefícios a empregados	50.778	36.487
Valores a repassar - serviços de assistência	2.020	7.363
Honorários a pagar	1.926	2.621
Outras	3.790	6.016
	297.361	**271.789**
Circulante	246.583	232.455
Não circulante	50.778	39.334

16.2 Impostos e Encargos Sociais a Recolher

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
IOF	141.098	141.378
INSS e FGTS	26.237	28.367
Imposto de renda retido na fonte	14.869	14.415
Outros	8.643	5.789
	190.847	**189.949**

17. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS: Refere-se, principalmente, a empréstimo com vencimentos até abril de 2021, remunerado à taxa de 2,38% + CDI ao mês, contratado para o financiamento de projetos de infraestrutura tecnológica da Companhia.

18. DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM SEGUROS E RESSEGUROS - CORRETORES DE SEGUROS E RESSEGUROS: Referem-se a comissões a pagar aos corretores por ocasião da cobrança de títulos e as recuperações relativas aos prêmios restituídos.

19. DEPÓSITOS DE TERCEIROS: Referem-se, principalmente, a valores recebidos de segurados para quitação de apólices em processo de emissão e de recebimentos de prêmios de seguros fracionados em processamento.

	De 1 a 30 dias	De 2 a 6 meses	Total
Valores recebidos em processo de liquidação	30.321	3.382	33.703
Cobrança antecipada de prêmios	17	85	102
Prêmios e emolumentos recebidos	9	–	9
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**30.347**	**3.467**	**33.814**
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**7.080**	**–**	**7.080**

20. PROVISÕES TÉCNICAS - SEGUROS

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	4.522.735	4.483.968	4.182.525	4.145.750
Sinistros e benefícios a liquidar	798.939	740.562	672.000	590.708
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados - DPVAT	443.954	443.954	366.893	366.893
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	180.413	177.666	157.706	155.236
Demais provisões	39.162	39.162	37.837	37.837
Total	**5.985.203**	**5.885.312**	**5.416.961**	**5.296.424**
Circulante	5.354.036		4.877.560	
Não circulante	631.167		539.401	

Como conclusão do TAP realizado nas datas-bases de 31 de dezembro de 2018 e 31 de dezembro de 2017, não foram encontradas insuficiências em nenhum dos produtos da Companhia (vide nota explicativa nº 2.13.2).

20.1 Movimentação do Passivo de Contratos de Seguro e Ativo de Resseguro

	Passivos de contratos de seguros	Ativos de contratos de resseguros
Saldo em 31 de dezembro de 2016	**4.409.780**	**77.890**
Constituições decorrentes de prêmios	8.430.940	80.257
Diferimento pelo risco decorrido	(7.624.266)	(81.596)
Aviso de sinistros	4.084.900	72.985
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.537.898)	(26.426)
Atualização monetária e juros	72.396	–
Outras (constituição/reversão) (*)	(418.891)	(2.573)
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**5.416.961**	**120.537**
Constituições decorrentes de prêmios	9.077.086	87.422
Diferimento pelo risco decorrido	(9.151.011)	(98.416)
Aviso de sinistros	4.400.381	59.029
Pagamento de sinistros/benefícios	(3.822.100)	(76.141)
Atualização monetária e juros	63.886	7.460
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**5.985.203**	**99.891**

(*) Refere-se à movimentação da (CIC) que foi extinta pela Circular SUSEP nº 543/16 (vide nota explicativa nº 2).

20.2 Garantias das Provisões Técnicas: De acordo com as normas vigentes, foram vinculados à SUSEP os seguintes ativos:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Total das provisões técnicas (A)	**5.985.203**	**5.416.961**
Direitos creditórios (i)	2.036.003	1.846.217
Custos de aquisição diferidos pagos	741.066	688.110
Operações com resseguradoras	61.125	83.761
Depósitos judiciais de PSL	1.477	1.736
Fundos e reservas retidos pelo IRB	1.958	2.243
Total de ativos redutores da necessidade de cobertura (B)	**2.841.629**	**2.622.067**
Necessidade de cobertura das provisões técnicas (C = A - B)	**3.143.574**	**2.794.894**
Necessidade de ativos líquidos (ii) (D)	**293.463**	**289.854**
Títulos de renda fixa - públicos	1.417.539	1.152.027
Cotas de fundos de investimento	2.090.985	2.215.018
Títulos de renda fixa - privados	–	29.447
Total de ativos oferecidos em garantia (E).	**3.508.524**	**3.396.492**
Excedente (E - C - D)	**71.487**	**311.744**

(i) Montante correspondente às parcelas a vencer dos prêmios a receber de apólices de riscos a decorrer. (ii) A partir de 2014, o CNSP passou a exigir que as empresas supervisionadas ofereçam, no mínimo, 20% de seu Capital Mínimo Requerido (CMR) em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos. **20.3 Comportamento da Provisão de Sinistros:** A tabela a seguir apresenta o comportamento das provisões (brutas de resseguro) para sinistros da Companhia (em anos posteriores aos anos de constituição, em R$ milhões), denominada tábua de desenvolvimento de sinistro e demonstra a consistência da política de provisionamento de sinistros da Companhia:

	2010	2011	2012	2013	2014	2015	2016	2017	Dezembro 2018
Montante estimado de sinistro no ano do aviso	431,7	482,7	484,6	527,5	564,6	561,4	530,9	763,7	921,8
Um ano mais tarde	389,6	517,0	490,1	505,6	522,9	566,8	611,7	730,4	–
Dois anos mais tarde	461,3	540,9	490,1	489,9	552,7	584,7	673,4	–	–
Três anos mais tarde	483,7	541,1	467,6	521,3	561,1	639,0	–	–	–
Quatro anos mais tarde	481,9	514,4	494,4	526,2	614,8	–	–	–	–
Cinco anos mais tarde	454,7	540,6	524,8	579,5	–	–	–	–	–
Seis anos mais tarde	478,7	567,2	575,7	–	–	–	–	–	–
Sete anos mais tarde	503,4	604,5	–	–	–	–	–	–	–
Oito anos mais tarde	539,3	–	–	–	–	–	–	–	–
Estimativa corrente	**539,3**	**604,5**	**575,7**	**579,5**	**614,8**	**639,0**	**673,4**	**730,4**	**921,8**
Pagamentos acumulados até a data-base	**(430,1)**	**(479,3)**	**(439,0)**	**(427,3)**	**(430,4)**	**(435,4)**	**(441,3)**	**(465,9)**	**–**
Total	**40,4**	**32,3**	**28,3**	**31,7**	**49,7**	**38,8**	**49,3**	**55,9**	**668,5**
DPVAT e retrocessão									501,5
PSL e IBNR reconhecidas no balanço									**1.423,3**

20.4 Provisão de Sinistros a Liquidar - Judicial: A tabela a seguir demonstra a movimentação dos sinistros judiciais:

	Dezembro de 2018		Dezembro de 2017	
	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro	Bruto de resseguro	Líquido de resseguro
Saldo inicial	**206.357**	**166.028**	**175.951**	**143.092**
Total pago no exercício	(62.657)	(60.533)	(62.548)	(56.193)
Novas constituições no exercício	61.099	58.818	52.255	46.403
Baixas da provisão por êxito	(14.430)	1.265	(15.595)	(5.276)
Baixa da provisão por alteração de estimativas ou probabilidades	(81.845)	(70.659)	(14.063)	(13.629)
Alteração da provisão por reestimativa, atualização monetária e juros (i)	136.946	108.772	70.357	51.631
Saldo final (ii)	**245.470**	**203.691**	**206.357**	**166.028**
Quantidade de processos	6.688		6.688	

(i) De acordo com a taxa de atualização monetária dos débitos judiciais do Tribunal de Justiça de São Paulo. (ii) Não incluem saldos de DPVAT.

21. OUTROS DÉBITOS - PROVISÕES JUDICIAIS: A Companhia é parte envolvida em processos judiciais, de naturezas tributária, trabalhista e cível. As provisões decorrentes desses processos são estimadas e atualizadas pela Administração, amparada pela opinião do departamento jurídico da Companhia e de seus consultores externos. Contudo existem incertezas na determinação da probabilidade de perda das ações, no valor esperado de saída de caixa e no prazo final destas saídas.

	Fiscais (a)	Trabalhistas (c)	Cíveis (d)	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2017	**894.791**	**9.789**	**13.492**	**918.072**
Constituições	437	4.197	17.160	21.794
Enc. êxito/reversões	(34.762)	(3.671)	(17.444)	(55.877)
Pagamentos	–	(2.038)	(2.826)	(4.864)
Atualização monetária	29.107	840	1.693	31.640
Saldo em 31 de dezembro de 2018	**889.573**	**9.117**	**12.075**	**910.765**
Quantidade de processos	10	480	392	882

(a) Provisão para processos fiscais: As ações judiciais de natureza fiscal (tributária), quando classificadas como obrigações legais, são objeto de constituição de provisão independentemente de sua probabilidade de perda. As demais ações judiciais fiscais são provisionadas, quando a classificação de risco de perda seja provável. Segue a composição destes processos por natureza:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
PIS (i)	458.979	444.054
Processos com adesão ao REFIS (ii)	393.861	416.851
Outras	36.733	33.886
	889.573	**894.791**

(i) PIS: A Companhia discute judicialmente a exigibilidade da contribuição ao PIS, instituída nos termos das Emendas Constitucionais - EC nºs. 01/94, 10/96 e 17/97 e da Lei 9.718/98, as quais alteraram a base de cálculo e a alíquota da contribuição, que passou a incidir sobre a receita bruta operacional. Na ação que discute a EC 01/94, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 10/96, aguarda-se julgamento do Recurso Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a EC 17/97, atualmente aguarda-se julgamento dos Recursos Especial e do Recurso Extraordinário interpostos pela Companhia. Na ação que discute a Lei nº 9.718/98, foi requerida a conversão em renda para a União dos valores então depositados. Diante disso, em maio de 2017, o referido processo, no valor de R$ 136.683, foi extinto sem julgamento de mérito. Existe ainda mandado de segurança que se discute a tese de PIS que em caso de julgamento favorável para a Companhia, converterá esse montante em créditos a recuperar contra a Receita Federal do Brasil. **(ii) REFIS:** A Companhia aderiu ao programa de recuperação fiscal - REFIS nos anos de 2013 e 2014, para diversas ações que discutia judicialmente e atualmente aguarda a homologação para desistência das ações. **(b) Contingências fiscais e previdenciárias:** A Companhia é parte em outras ações de natureza fiscal e previdenciária que não são classificadas como obrigações legais e por serem classificados com perda possível, não são provisionadas. A principal refere-se à discussão do INSS sobre participação nos lucros e resultados e tem seu risco total estimado em R$ 500.265 (R$ 300.159 de possível impacto no lucro líquido). A Companhia recebeu autuação em setembro de 2018 da Receita Federal do Brasil (RFB) questionando a não inclusão das receitas financeiras sobre os juros dos parcelamentos de prêmios (adicional de fracionamento) e das receitas financeiras sobre o rendimento das aplicações financeiras vinculadas às reservas técnicas na base de cálculo do PIS e COFINS. Segundo a RBF esses rendimentos das aplicações financeiras vinculadas às provisões técnicas, investimentos compulsórios e receita de adicional de fracionamento também compõem a receita de prêmios e, portanto, devem ser tratadas como receita operacional. Os valores envolvidos na Companhia, com perda possível, têm seu risco estimado em R$ 248.971 (R$ 149.383 de possível impacto no lucro líquido) e não estão contabilizados. **(c) Provisão para processos e contingências trabalhistas:** A Companhia é parte em ações de natureza trabalhista. Os pedidos mais frequentes referem-se a horas extras, reflexo das horas extras, verbas rescisórias, equiparação salarial e descontos indevidos. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações trabalhistas na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante de R$ 3.819 (R$ 4.853 em dezembro de 2017) para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia (perda possível), não há constituição de provisão. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações. **(d) Provisão para processos e contingências cíveis:** A Companhia é parte integrante em processos de natureza cível. Os pedidos mais frequentes referem-se a danos morais, materiais, corporais e sucumbência. A probabilidade desses processos judiciais está classificada como perda provável. O prazo médio para o desfecho das ações cíveis na Companhia é de 30 meses. Adicionalmente às provisões registradas existem passivos contingentes, com os mesmos tipos de pedidos das ações provisionadas, no montante em riscos de R$ 139.413 (R$ 131.481 em dezembro de 2017), para os quais, com base na avaliação dos advogados da Companhia, as perdas são consideradas possíveis, não havendo constituição de provisão para esses processos. Apesar das incertezas envolvidas na determinação dessas obrigações, a Administração não espera que haja efeitos significativos no resultado da Companhia pelo desfecho destas ações.

22. PATRIMÔNIO LÍQUIDO: (a) Capital social: Em 31 de dezembro de 2018, o capital social subscrito e integralizado era de R$ 2.272.441, dividido em 532.899.587 (unidades) ações ordinárias nominativas escriturais e sem valor nominal. A AGE de 27 de outubro de 2017, deliberou aumento de capital social no montante de R$ 189.157, sendo R$ 109.157 proveniente de crédito de JCP distribuído na mesma data e R$ 80.000 por meio de depósito bancário, aprovado pela SUSEP em 1º de março de 2018. As AGEs realizadas em 30 de julho de 2018 e 31 de agosto de 2018, deliberaram redução de capital social no montante de R$ 22.201, mediante a transferência de bens imóveis para a sua acionista Porto

continua

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS 2

PORTO SEGURO S/A 7

Diário Oficial Empresarial 2

Estado de São Paulo

Volume 129 • Número 39 **Página 4**

São Paulo, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2019

imprensaoficial

GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 08:59:45.
Nº de Série do Certificado: 2FBFF231F67953761A5B98E81155C319BC912C6E
[Ticket: 30025422] - www.imprensaoficial.com.br

Seguro S.A., aprovados pela SUSEP em 5 de novembro de 2018. **(b) Ajustes de avaliação patrimonial:** Os ajustes de avaliação patrimonial da Companhia referem-se, principalmente, a variação do valor justo dos ativos financeiros disponíveis para venda, líquidos dos efeitos tributários (vide nota explicativa nº 7.1.2). **(c) Reserva de reavaliação:** Constituída em exercícios anteriores em decorrência das reavaliações de bens do ativo imobilizado com base em laudos de avaliação, emitidos por peritos especializados. A realização dessa reserva, proporcional à depreciação dos bens reavaliados, foi transferida para lucros acumulados no período no montante de R$ 21.211 em 31 de dezembro de 2018 (R$ 12.711 em 31 de dezembro de 2017). Esse valor será considerado para cálculo de dividendos mínimos obrigatórios. A Administração decidiu pela manutenção dos saldos existentes da reserva de reavaliação até a efetiva realização, conforme previsto na Lei nº 11.638/07. **(d) Reservas de lucros: (i) Reserva legal:** A reserva legal, constituída mediante a apropriação de 5% do lucro líquido do exercício, tem por finalidade assegurar a integridade do capital social, em conformidade com o artigo 193 da Lei nº 6.404/76. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R$ 243.005 (R$ 210.894 em 31 de dezembro de 2017). **(ii) Reservas estatutárias:** Esta reserva tem como finalidade a compensação de eventuais prejuízos ou aumento do capital social, de modo a preservar a integridade do patrimônio social e a participação da Companhia em suas controladas ou futura distribuição aos acionistas. Poderá ser destinado a essa reserva, em cada exercício, o saldo remanescente do lucro líquido após a constituição da reserva legal e da distribuição do dividendo mínimo obrigatório, ressalvadas as hipóteses em que a Administração considere o montante dessa reserva suficiente para o atendimento de suas finalidades, casos em que, em determinado exercício, seja integral ou parcialmente, distribuído aos acionistas ou revertido para aumento de capital. O limite dessa reserva será o valor do capital social. Em 31 de dezembro de 2018, seu saldo era de R$ 833.443 (R$ 1.397.190 em 31 de dezembro de 2017). **(iii) Outras reservas:** Em agosto de 2014 e agosto de 2017, com a adesão ao REFIS, a Companhia recebeu de sua controladora, Porto Seguro S.A., os montantes de R$ 10.133 em 2014 e R$ 6.817 em 2018 de créditos tributários de prejuízo fiscal e base negativa que, após homologação da Receita Federal do Brasil, serão utilizados para quitação dos débitos incluídos no programa. **(e) Dividendos e juros sobre o capital próprio:** De acordo com o estatuto social, são assegurados aos acionistas dividendos mínimos obrigatórios de 25%, calculados sobre o lucro líquido do exercício ajustado. O pagamento dos dividendos obrigatórios poderá ser limitado ao montante do lucro líquido que tiver sido realizado nos termos da lei. O pagamento de Juros sobre o Capital Próprio - JCP (líquido dos efeitos tributários) é imputado aos dividendos mínimos obrigatórios. A provisão relacionada a qualquer valor acima do mínimo obrigatório será constituída na data em que for aprovada, antes disso será mantida no patrimônio líquido, conforme apresentado na demonstração das mutações do patrimônio líquido. A Administração da Companhia aprovou, nas reuniões de diretoria, realizadas em 27 de junho de 2018 e 31 de outubro de 2018, a distribuição a seus acionistas de JCP no valor de R$ 195.066 (R$ 214.642 em dezembro de 2017), líquidos de imposto de renda. Adicionalmente, entre os meses de janeiro a novembro de 2018, a Diretoria da Companhia aprovou a distribuição de dividendos intermediários à conta de reservas de lucros existentes nas demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2017, no montante de R$ 965.576. Os dividendos mínimos foram calculados como seguem:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Lucro líquido do exercício	642.218	503.488
(–) Reserva legal - 5%	(32.111)	(25.174)
Realização da reserva de reavaliação	21.211	12.711
Lucro básico para determinação do dividendo	**631.318**	**491.025**
Dividendos mínimos obrigatórios (25%)	**157.830**	**122.756**
JCP distribuído - líquido (*)	195.066	214.642
Dividendos intermediários	–	140.000
Total de dividendos e JCP	**195.066**	**354.642**
Total por ação (R$)	**0,36605**	**0,66152**

(*) Em 31 de dezembro de 2018, no montante de R$ 229.489 destacados na DMPL estão inclusos os dividendos mínimos obrigatórios e R$ 34.423, referentes ao imposto de renda retido na fonte (15%) sobre JCP.

(f) Demonstração do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) e Capital Mínimo Requerido (CMR)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Patrimônio líquido	3.488.058	4.038.978
Ativos intangíveis	(888.849)	(808.954)
Participações em societárias	(873.721)	(751.544)
Despesas antecipadas	(36.122)	(27.456)
Créditos tributários	–	(10.134)
Superavit TAP	29.207	19.529
Patrimônio líquido ajustado (PLA)	**1.718.573**	**2.460.417**
Capital-base (I)	**15.000**	**15.000**
Capital de risco de subscrição	1.338.480	1.313.168
Capital de risco de mercado	100.517	57.018
Capital de risco de crédito	84.453	115.549
Capital de risco operacional	55.460	54.050
Efeito da correlação entre os capitais de risco	(111.601)	(106.108)
Total de capital de risco (II)	**1.467.309**	**1.433.677**
Capital mínimo requerido (maior entre I e II)	**1.467.309**	**1.433.677**
Suficiência de capital	**251.264**	**1.026.740**

23. PRÊMIOS, SINISTRALIDADE E COMISSIONAMENTO

Dezembro de 2018	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.966.382	4.819.893	51,6	23,5
Responsabilidade civil facultativa veículos	1.231.184	1.164.667	56,0	21,0
Compreensivo empresarial	498.889	474.361	29,9	27,7
Fiança locatícia	338.567	314.387	31,9	30,1
Vida individual e grupo	427.888	402.039	39,0	31,1
DPVAT	126.967	126.593	81,3	1,2
Demais - automóveis	358.879	324.969	42,3	21,3
Compreensivo residencial	330.184	303.444	32,2	30,8
Demais - vida	300.116	291.023	28,9	30,6
Demais - transportes	144.872	144.491	29,8	22,7
Demais - patrimonial	160.409	190.628	33,0	22,5
Demais - rural	34.527	34.966	38,1	13,6
Demais ramos	158.222	143.949	20,9	31,8
	9.077.086	**8.735.410**	**47,0**	**24,1**

Dezembro de 2017	Prêmios emitidos	Prêmios ganhos	Índice de sinistralidade (%)	Índice de comissionamento (%)
Automóveis	4.925.739	4.379.747	53,2	24,1
Responsabilidade civil facultativa veículos	1.146.104	1.023.014	61,6	20,7
Compreensivo empresarial	475.213	455.633	33,8	27,0
Fiança locatícia	299.242	309.423	27,4	30,0
Demais - automóveis	346.937	340.986	41,2	21,2
Vida individual e grupo	425.715	394.341	37,1	29,7
DPVAT	155.534	154.818	84,5	1,2
Compreensivo residencial	301.315	285.441	35,0	30,0
Demais - vida	298.177	286.246	28,6	29,8
Demais - transportes	135.964	135.490	39,3	22,3
Demais - patrimonial	182.638	160.979	30,8	20,7
Demais - rural	27.138	27.124	23,8	12,9
Demais ramos	130.115	134.546	18,5	28,1
	8.849.831	**8.087.788**	**48,6**	**24,1**

24. VARIAÇÕES DAS PROVISÕES TÉCNICAS DE PRÊMIOS

	Dezembro de 2018 Bruto de resseguro	Dezembro de 2018 Líquido de resseguro	Dezembro de 2017 Bruto de resseguro	Dezembro de 2017 Líquido de resseguro
Provisão de prêmios não ganhos	(319.003)	(317.232)	(741.481)	(740.496)
Provisão de riscos não expirados	(22.011)	(22.011)	(19.469)	(19.469)
Outras provisões	(662)	(662)	(1.093)	(1.093)
	(341.676)	**(339.905)**	**(762.043)**	**(761.058)**

25. SINISTROS OCORRIDOS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Sinistros avisados - administrativos	(3.791.613)	(3.610.890)
Assistências	(479.560)	(454.836)
Sinistros avisados - judiciais	(112.877)	(92.232)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	(28.189)	(48.247)
Salvados	465.830	389.511
Ressarcimentos	99.284	131.825
Outras despesas com sinistros (*)	(260.162)	(247.345)
	(4.107.287)	**(3.932.214)**

(*) Inclui despesas com regulação de sinistro (despachante, vistoria, serviços de terceiros, etc).

26. CUSTOS DE AQUISIÇÃO (*)

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Comissões sobre prêmios retidos	(2.105.815)	(2.006.410)
Outras despesas de comercialização	(67.899)	(78.313)
Variação das despesas de comercialização diferidas	66.029	132.869
	(2.107.685)	**(1.951.854)**

(*) Inclui a amortização dos custos de aquisição diferidos (vide nota explicativa nº 12) e as despesas de comercialização não diferidas.

27. OUTRAS RECEITAS E DESPESAS OPERACIONAIS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Receitas com operações de seguros	4.403	10.999
Receitas - DPVAT	6.686	3.022
Total de outras receitas	**11.089**	**14.021**
Despesas com cobrança	(75.952)	(65.600)
Despesas com serviços de assistência	(71.823)	(73.045)
Despesas com dispositivo anti-furto	(55.499)	(51.012)
Benefícios concedidos a segurados	(29.650)	(31.726)
Despesas com encargos sociais	(27.107)	(28.190)
Provisão para redução ao valor recuperável	6.405	(15.156)
Provisões cíveis	(11.701)	(12.672)
Honorários advocatícios	(12.140)	(9.509)
Outras	(15.692)	(30.147)
Total de outras despesas	**(293.159)**	**(317.057)**
Outras receitas e despesas operacionais	**(282.070)**	**(303.036)**

28. DESPESAS ADMINISTRATIVAS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Pessoal e benefícios pós-emprego	(1.071.445)	(1.064.844)
Localização e funcionamento	(450.721)	(421.407)
Serviços de terceiros	(340.485)	(311.848)
Publicidade	(72.471)	(82.855)
Donativos e contribuições	(25.374)	(23.067)
Convênio DPVAT	(15.173)	(10.356)
Despesas recuperadas (*)	554.290	555.251
Outras	(37.440)	(43.085)
	(1.458.819)	**(1.402.211)**

(*) Referem-se a rateio e repasses de gastos com recursos de uso comum pelas empresas do grupo Porto Seguro (vide nota explicativa nº 33).

29. DESPESAS COM TRIBUTOS

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
COFINS	(198.448)	(177.420)
PIS	(32.196)	(28.848)
Outras	(7.997)	(7.211)
	(238.641)	**(213.479)**

30. RESULTADO FINANCEIRO

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Juros de títulos disponíveis para a venda	201.403	143.054
Adicional de fracionamento de prêmios	142.758	136.244
Ganhos na valorização e juros de títulos para negociação	109.421	144.328
Variações monetárias dos depósitos judiciais	23.148	35.747
Dividendos	879	41
Outras	57.911	32.979
Total de receitas financeiras	**535.520**	**492.393**
Operações de seguros	(63.886)	(72.396)
Variações monetárias de encargos sobre tributos a longo prazo	(16.088)	(27.721)
Outras	(12.674)	(22.358)
Total de despesas financeiras	**(92.648)**	**(122.475)**
Resultado financeiro	**442.872**	**369.918**

31. RESULTADO PATRIMONIAL

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Resultado de equivalência patrimonial (*)	114.558	99.394
Outros	(1.791)	8.629
	112.767	**108.023**

(*) Vide nota explicativa nº 13.

32. BENEFÍCIOS A EMPREGADOS

32.1 Plano de Previdência Complementar: A Companhia patrocina planos de previdência complementar para seus funcionários classificados como planos de contribuição definida, segundo os critérios da CPC 33 - Benefícios aos empregados, por meio da Portoprev - Porto Seguro Previdência Complementar, entidade fechada de previdência complementar sem fins lucrativos. Nos termos do regulamento desses planos, os principais recursos são representados por contribuições de suas patrocinadoras e participantes e pelos rendimentos resultantes das aplicações desses recursos em investimentos. As contribuições efetuadas pelos participantes variam entre 1% e 8% do salário de cada participante, e a contribuição da patrocinadora corresponde a 100% do valor de contribuição do participante. Em dezembro de 2018 os planos contavam com cerca de 4,1 mil participantes ativos (4,3 mil em dezembro de 2017). A despesa da Companhia com contribuições ao plano foi de R$ 13.997 em dezembro de 2018 (R$ 14.291 em dezembro de 2017).

32.2 Benefícios Pós-Emprego: A movimentação das obrigações com benefícios pós-emprego é demonstrada a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Valor presente da obrigação atuarial no início do exercício	36.487	31.898
Custo dos benefícios	2.202	2.014
Custo de juros	3.252	3.563
Benefícios pagos	(6.360)	(2.644)
Perda sobre a obrigação atuarial	15.197	1.656
Saldo final do passivo	**50.778**	**36.487**
(Perdas)/Ganhos atuariais em outros resultados abrangentes	**(10.007)**	**1.833**

As premissas atuariais utilizadas são revisadas anualmente. As principais premissas usadas, em 31 de dezembro de 2018, foram as seguintes:

Taxa média de desconto das obrigações (ao ano)	5,0% - 5,1%
Taxa de crescimento salarial (ao ano)	3,8%
Inflação econômica (ao ano)	4,0%
Inflação médica (ao ano)	4,0%
Taxa de variação dos saldos de FGTS (ao ano) - nominal	4,0%

33. TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

As operações realizadas entre partes relacionadas são efetuadas a valores, prazos e taxas médias compatíveis às praticadas com terceiros, vigentes nas respectivas datas. As principais transações são: (i) Despesas administrativas repassadas pela utilização da estrutura física e de pessoal para as empresas do grupo Porto Seguro; (ii) Despesas administrativas repassadas pela Porto Vida, Azul Seguros e Porto Saúde pela utilização da estrutura física; (iii) Aluguéis dos prédios cobrados pela controlada Porto Vida; (iv) Prestação de serviços do seguro saúde contratados da controlada Porto Saúde; (v) Prestação de serviços de monitoramento efetuado pela Proteção e Monitoramento; (vi) Prestação de serviços de administração e gestão de carteiras contratados das empresas Portopar e Porto Investimentos; (vii) Convênio de utilização do meio de pagamento cartão de crédito com a Portoseg; (viii) Prestação de serviços de "Call Center" contratados da Porto Atendimento; (ix) Subscrição de títulos de capitalização emitidos pela Porto Capitalização; (x) Prestação de serviços de telecomunicações pela Porto Conecta. Os saldos a receber e a pagar por transações com partes relacionadas estão demonstrados a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Ativo		
Azul Seguros	23.956	22.595
Porto Saúde	7.524	6.135
Itaú Auto e Residência	5.160	5.183
Portoseg	5.093	4.583
Porto Atendimento	5.551	4.498
Porto Consórcio	2.572	2.660
Proteção e Monitoramento	1.470	2.236
Porto Vida	1.635	1.280
Demais	6.255	5.635
	59.216	**54.805**
Passivo		
Porto Seguro S.A.	1.153	1.746
	1.153	**1.746**

	Receitas		Despesas	
	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Demonstração do resultado				
Azul Seguros	251.173	248.253	(2.694)	(2.751)
Itaú Auto e Residência	71.503	90.290	–	–
Porto Saúde	81.402	82.320	(86.627)	(71.206)
Portoseg	67.820	61.105	(14.278)	(14.531)
Porto Atendimento	62.311	53.763	(72.916)	(80.138)
Porto Consórcio	27.702	30.038	–	–
Serviços Médicos e Bioqualynet	15.039	20.358	(163)	(759)
Porto Vida	19.292	21.538	(4.906)	(5.252)
Proteção e Monitoramento	24.902	27.002	(2.321)	(2.456)
Porto Conecta	11.400	11.472	(27.943)	(31.798)
Demais	41.464	30.814	(17.921)	(19.294)
	674.008	**676.953**	**(229.769)**	**(228.185)**

33.1 Transações com Pessoal-Chave

As transações com pessoal-chave da administração, referem-se aos valores reconhecidos no resultado do período, conforme demonstrado a seguir:

	Dezembro de 2018	Dezembro de 2017
Participação nos lucros - administradores	51.050	36.700
Honorários de diretoria e encargos	13.805	14.573
	64.855	**51.273**

34. OUTRAS INFORMAÇÕES

(a) Comitê de Auditoria: O Relatório do Comitê de Auditoria foi publicado em conjunto com as demonstrações financeiras de 31 de dezembro de 2018 da Porto Seguro S.A. A atuação do Comitê de Auditoria da Companhia abrange todas as sociedades do grupo Porto Seguro, sendo exercida a partir da Porto Seguro S.A., companhia aberta, detentora do controle das sociedades que integram o grupo.

(b) Composição Acionária (*)

Porto Seguro Cia. de Seguros Gerais	**Participação**
Porto Seguro S.A.	100,0%
Porto Seguro S.A.	**Participação**
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	70,8%
Ações em circulação	29,2%
Porto Seguro Itaú Unibanco Participações S.A.	**Participação**
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	41,1%
Itauseg Participações S.A.	23,1%
Itaú Unibanco S.A.	19,1%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	15,8%
Jayme Brasil Garfinkel	0,2%
Outros	0,7%
Pares Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	32,9%
Cleusa Campos Garfinkel	30,5%
Ana Luiza Campos Garfinkel	18,3%
Bruno Campos Garfinkel	18,3%
Rosag Empreendimentos e Participações S.A.	**Participação**
Jayme Brasil Garfinkel	100,0%
Itauseg Participações S.A.	**Participação**
Banco Itaucard S.A.	27,0%
Itaú Unibanco S.A.	61,5%
Banco Itaú BBA S.A.	11,5%
Itaú Unibanco S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaucard S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Banco Itaú BBA S.A.	**Participação**
Itaú Unibanco Holding S.A.	100,0%
Itaú Unibanco Holding S.A.	**Participação**
IUPAR - Itaú Unibanco Participações S.A.	51,7%
Itaúsa - Investimentos Itaú S.A.	39,2%
Outros	9,1%

(*) Participações nas ações ordinárias.

DIRETORIA

ROBERTO DE SOUZA SANTOS
Diretor Presidente

MARCELO BARROSO PICANÇO
Diretor Geral - Negócios e Investimentos

CELSO DAMADI
Diretor Geral - Financeiro e Controladoria

LENE ARAÚJO DE LIMA
Diretor Geral - Suporte e Governança

JOSÉ RIVALDO LEITE DA SILVA
Diretor Geral - Corretores de Seguros e Vendas On-Line

JAIME SOARES BATISTA
Diretor de Produto - Automóvel

FERNANDA HAYDEE PASQUARELLI
Diretora de Produto - Seguros de Pessoas

MARCOS ROBERTO LOUÇÃO
Diretor de Produto - Ramos Elementares

LAURIBERTO TADEU TAVARES
Diretor de Sinistros

FABIO OHARA MORITA
Diretor Técnico

EVA VAZQUEZ MONTENEGRO MIGUEL
Diretora de Produção

CLAUDIA DE OLIVEIRA MACHADO MATTEDI
Diretora Financeira, de Patrimônio e Suprimentos

SONIA APARECIDA BELEZI RICA
Diretora de Atendimento

ITALO GENNARO FLAMMIA
Diretor Digital

MARCOS ROGÉRIO SIRELLI
Diretor de Tecnologia da Informação

MARCELO SEBASTIÃO DA SILVA
Diretor de Serviços

MARCELO ZORZO
Diretor

LUIZ FELIPE MILAGRES GUIMARÃES
Diretor

BRÁULIO FELICÍSSIMO DE MELO - Atuário - MIBA nº 1588

BRUNO DA SILVA DUQUE - Contador - CRC 1SP 296424/O-3

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas
Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais
Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.
Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP).

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório do auditor

A administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.
Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.
Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.
Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.
Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.
Como parte de uma auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demostrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria.
Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

pwc
PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes
CRC 2SP000160/O-5

Carlos Eduardo Sá da Matta
Contador CRC 1SP216397/O-5

continua

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS 2
PORTO SEGURO S/A 7

Diário Oficial Empresarial 2
Estado de São Paulo
Volume 129 • Número 39 Página 5
São Paulo, quarta-feira, 27 de fevereiro de 2019
imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE
Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 07:50:31.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30023405] - www.imprensaoficial.com.br

continuação

PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

Aos Acionistas e Administradores da Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais

Escopo da Auditoria

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** (Sociedade) em 31 de dezembro de 2018 (doravante denominados, em conjunto, "itens auditados"), elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. A auditoria atuarial da carteira de seguros DPVAT não faz parte da extensão do trabalho do atuário independente da Sociedade, como previsto no Pronunciamento aplicável a auditoria atuarial independente.

Responsabilidade da Administração

A Administração da Sociedade é responsável pela elaboração dos itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelas bases de dados e respectivos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos Atuários Independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados definidos no primeiro parágrafo acima, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os itens apresentados no parágrafo de escopo da auditoria estejam livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos referidos itens definidos no primeiro parágrafo acima. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração dos itens objeto do escopo da auditoria, para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Sociedade.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

Opinião

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da solvência e dos limites de retenção, como definidos no primeiro parágrafo acima, da **Porto Seguro Companhia de Seguros Gerais** em 31 de dezembro de 2018, foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Outros Assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Sociedade e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros Estatísticos concernentes ao escopo da auditoria atuarial, para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

São Paulo, 22 de fevereiro de 2019

pwc

PricewaterhouseCoopers Serviços Profissionais Ltda.
Av. Francisco Matarazzo 1400, Torre Torino
São Paulo - SP - Brasil 05001-903
CNPJ 02.646.397/0001-19
CIBA 105

Carlos Eduardo Silva Teixeira
MIBA 729

Sumário
Caderno Empresarial 2

BALANÇO

PORTO SEGURO COMPANHIA DE SEGUROS GERAIS 2
PORTO SEGURO S/A 7

Diário Oficial
acesso gratuito

Todo o acervo do Diário Oficial está disponível gratuitamente para pesquisa, inclusive o que você quiser saber sobre os balanços das empresas.

Imprensa Oficial, garantia de transparência e segurança da informação

www.imprensaoficial.com.br

Prêmio Mario Covas 2008
DO. online - A transparência dos atos do Governo disponível ao cidadão.

imprensaoficial
GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO

imprensaoficial GOVERNO DO ESTADO DE SÃO PAULO SELO DE AUTENTIICIDADE

Página do Diário Oficial certificada pela Imprensa Oficial do Estado de São Paulo em 27/02/2019 08:59:58.
Nº de Série do Certificado: 2121938ADB6794C1D4B881C30BF37B9C1D3D2F1A
[Ticket: 30025430] - www.imprensaoficial.com.br